

EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER

*Proposta Orientadora
das Ações*



Brasília, DF – julho/2001



Ilustração de capa: MARÍLIA DE ARAÚJO SILVA e
PRISCILA FREITAS CAVALCANTE
APAE: SÃO PAULO – SP

Marília e Priscila construíram juntas sua arte para o Concurso de cartazes/2000 e seus talentos foram reconhecidos.

"Um mundo mais feliz" é o desejo de Marília, 17 anos, freqüenta o programa de Educação Profissional da escola da APAE de São Paulo.

Marília tem um ótimo relacionamento com seus colegas, por isso tem muitos amigos. Nas horas de folga, gosta de ouvir música.

"Que no mundo, todos fossem amigos e que as cidades fossem mais limpas e seguras", é o sonho de Priscila, da APAE de São Paulo.

Priscila é líder da sua turma, alegre, extrovertida, apreciadora de canções românticas como as do grupo KLB. Gosta muito de reunir amigos para falar de seus segredos.

Parabéns, Marília e Priscila, que a vida lhes propicie um mundo feliz com muitos amigos.

Programação visual e diagramação da Coleção Educação e Ação
Samuel Tabosa de Castro

E24 Educação física, desporto e lazer : proposta orientadora das ações educacionais / coordenação geral Ivanilde Maria Tibola. – Brasília : Federação Nacional das APAEs, 2001.
68 p.

1. Educação especial. 2. Educação física. 3. Desporto. 4. Lazer. I. Tibola, Ivanilde Maria. II. Federação Nacional das APAEs.

CDU: 376

“Quero o meu lugar ao sol e cedo
ao sol um lugar no meio de meu
corpo, onde me brota a vida”

Freire (1988, p.191)

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta proposta a todas as pessoas portadoras de deficiência atendidas pelas APAEs, por acreditarmos em seu potencial de aprendizagem e participação, com a certeza de estarmos propiciando-lhes igualdade de oportunidades e, com isso, elevando suas expectativas existenciais.

Esperamos que seu conteúdo possa contribuir para a organização da prática de Educação Física Escolar, assim como o desenvolvimento de habilidades e competências desportivas, de lazer e de convivência social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao presidente e à diretoria da Federação Nacional das APAEs, pelo apoio e autonomia de expressão, aos presidentes das Federações Estaduais que estiveram conosco por meio de seus coordenadores, ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, à coordenação pedagógica da Federação Nacional das APAEs, aos coordenadores estaduais e regionais, e aos profissionais de Educação Física que atuam ou não nas APAEs, pelos subsídios e colaboração durante todo o processo de elaboração e aprovação desta proposta.

Agradecemos principalmente a Deus que nos concedeu força e luz para trilharmos nosso caminho. Rogamos que continue a iluminar nossas mentes para que possamos aprimorar a cada dia a missão que a nós foi confiada.



SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	
1. EDUCAÇÃO FÍSICA E AS APAES: UM RELATO HISTÓRICO	15
2. EDUCAÇÃO FÍSICA: MARCOS REFERENCIAIS	18
3. A EDUCAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA	21
4. A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	25
5. A PROPOSTA: JUSTIFICATIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER	27
6. A ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	29
6.1. Objetivos	29
6.2. Valores e Atitudes	29
6.3. Eixos Estruturadores	30
7. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NAS ESCOLAS DAS APAES	32
8. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA	34
8.1. Objetivos	35
8.2. Aspectos a Serem Considerados no Desenvolvimento da Criança	35
a) Desenvolvimento do Esquema Corporal	36
b) Desenvolvimento Psicomotor	36
8.3. Aspectos Gerais dos Conteúdos a Serem Aplicados em Cada Fase da Criança na Escola	37
a) 0 a 2 anos: Fase do Despertar do Eu-corporal	32
b) Fase da Descoberta do Eu-corporal	32



9. ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	39
9.1. Escolarização Inicial – Fase II	41
a) Desenvolvimento do Esquema Corporal	41
b) Desenvolvimento Psicomotor	41
c) Conteúdos a Serem Trabalhados	42
9.2. Escolarização e Profissionalização – Fase III	44
a) Conteúdos a serem trabalhados	46
10. AS MÚLTIPLAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DA APAE	48
10.1. Conhecimento Corporal	48
a) Coordenação Dinâmica Geral (Coordenação Motora)	50
b) Coordenação Viso-motora	51
c) Motricidade Fina	51
d) Lateralidade	51
e) Equilíbrio	52
f) Estruturação Espaço-temporal	52
g) Ritmo	53
h) Tônus da postura	54
10.2. Esportes, Jogos e Ginástica	55
10.3. Atividades Rítmicas e Expressivas	56
11. EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER: PROJETOS ESPECIAIS	57
AVALIAÇÃO	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA	66



APRESENTAÇÃO

A importância da prática esportiva, valorizada desde a Antiguidade, vem merecendo especial atenção em nossa sociedade atual. Nos tempos modernos, o hábito de exercícios regulares e a participação em espaços esportivos favorecem não apenas o corpo, mas também a mente, além de promover a integração de pessoas e o aprimoramento dos grupos sociais.

No campo da Educação e, particularmente, em nossas escolas especiais, a Educação Física vem sendo um agente modificador de comportamento, desenvolvimento e integração do portador de deficiência mental. Iniciando com as aulas de Educação Física e evoluindo para a formação de equipes esportivas – que tão bem vêm representando nossas escolas no Brasil e no exterior – o esporte vem sendo a mola propulsora de muitas mudanças, contribuindo, particularmente, para a melhoria da auto-estima de nossos alunos.

Considerando tais benefícios e, em cumprimento aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Federação Nacional das APAEs reuniu um grupo de profissionais, técnicos e consultores da área de Educação Física para a elaboração desta proposta de trabalho, que propõe a integração da Educação Física à Arte e à Educação Profissional, como forma de aprimorar o atendimento educacional em nossas escolas especializadas.

O presente documento propõe a inclusão da Educação Física escolar à Proposta Pedagógica da escola e o aprofundamento e desenvolvimento de ações das áreas de educação física, esporte e lazer por meio de projetos especiais, visando ao desenvolvimento de habilidades e competências recreativas, desportivas, esportivas e competitivas como forma de buscar qualidade de vida para o portador de deficiência, pelo qual tanto lutamos.

Flavio Arns
Presidente
Gestão 1999/2001



INTRODUÇÃO

O documento Educação Física, Desporto e Lazer: Proposta Orientadora das Ações nasce da vontade de propiciar aos dirigentes e profissionais do Movimento Apaeano subsídios que orientem as atividades de Educação Física, Desporto e Lazer desenvolvidas nas APAEs.

Inicialmente, é feito um relato histórico da Educação Física nas APAEs do Brasil, apresentando, na seqüência, a caracterização dos marcos referenciais da Educação Física, a evolução histórica da oferta educacional para as pessoas portadoras de deficiência, assim como da Educação Física em termos constitucionais até chegar a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Contextualizada a evolução da Educação Física, apresentamos a justificativa da proposta, os objetivos, os conteúdos, os eixos estruturadores, assim como a estrutura operacional e funcional da Proposta de Educação Física, Desporto e Lazer para as APAEs, caracterizada em dois segmentos:

- a) Educação Física Escolar como componente curricular norteado pela LDB nº 9.394/96, integrada à Proposta Pedagógica das Escolas das APAEs;
- b) Educação Física, Desporto e Lazer desenvolvida pela necessidade da prática de atividades física, esportivas e recreativas de forma a contribuir para a qualidade de vida das Pessoas Portadoras de Deficiência.

O primeiro segmento da proposta trata da Educação Física Escolar, que insere seu desempenho na proposta curricular das escolas da APAE conforme níveis e modalidades de ensino propostos pela APAE Educadora:

- 1 – Fase I – Educação Física para a Educação Infantil (0 a 6 anos)
- 2 – Educação Física para o Ensino Fundamental e Educação Profissional
 - Fase II – Escolarização Inicial – 7 a 14 anos
 - Fase III – Escolarização e Profissionalização – acima de 14 anos

Destacam-se ainda no primeiro segmento três níveis de atuação para a Educação Física Escolar (nível I, nível II e nível III). Independentemente da idade ou da fase escolar em que se encontra, o aluno poderá ser inserido em um dos três níveis, dependendo, portanto, de suas condições momentâneas.

Nível I – Estimulação motora:

- Desenvolvimento do sistema motor global por meio da estimulação das percepções motora, sensitiva e mental com experiências vividas do movimento global.
- Desenvolvimento dos movimentos fundamentais.



- Nível II – Estimulação das Habilidades Básicas
- Melhoria da execução e aumento da capacidade de combinação dos movimentos fundamentais.
 - Desenvolvimento de atividades lúdicas coletivas, visando à adoção de atitudes cooperativas e solidárias, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.
- Nível III – Estimulação Específica e Iniciação Desportiva
- Aprendizagem e desenvolvimento de habilidades específicas, visando à iniciação desportiva.
 - Treinamento de habilidades esportivas específicas de forma lúdica, visando à identificação de habilidades e potencialidades para a participação em treinamentos e competições.

Para a Educação Infantil (Fase I), que compreende a faixa etária de 0 a 6 anos, recomenda-se a inserção do aluno no Nível I (Estimulação Motora).

O segundo segmento desta proposta caracteriza os Projetos Especiais, que dispõem sobre a Educação Física, Desporto e Lazer fora do contexto escolar, e contemplam as seguintes atividades:

1. Educação Física – tem o objetivo de desenvolver, promover e manter hábitos saudáveis, pela prática de atividades físicas, que visem à qualidade de vida do praticante. Estão inclusas nesse programa caminhadas, aulas de ginástica, hidroginástica, natação, judô, capoeira etc.
2. Lazer – tem o objetivo de promover atividades recreativas, como gincanas, jogos recreativos, danças, passeios, acampamentos etc.
3. Treinamento Desportivo – visam a iniciativas com atividades que propiciem a iniciação e o treinamento de atletas para competições locais, regionais, nacionais e internacionais.
4. Outros programas que estejam de acordo com os objetivos e possibilidades da instituição mantenedora APAE.



1. EDUCAÇÃO FÍSICA E AS APAES: UM RELATO HISTÓRICO

José Cândido Maes Borba¹

A primeira APAE fundada no Brasil, em 1954, começou a funcionar em um prédio velho, cedido pelo diretor do Instituto Lafayette, localizado na rua Hadock Lobo, na Tijuca, Rio de Janeiro.

Foi lá que, durante os seis primeiros anos de criação das APAEs, sua Diretoria e seu Conselho se reuniam para decidir sobre a tradução de trabalhos estrangeiros e de livros especializados, que traziam informações sobre deficiência mental e integração dos portadores de deficiência.

Naquela ocasião, ainda não havia nenhuma organização escolar nas APAEs, que reproduzisse o que estava sendo feito na Europa, Estados Unidos ou Canadá.

Após 1960, foi criada uma escolinha no porão desse mesmo prédio da Rua Hadock Lobo. Assim foi o início do aprendizado escolar nas APAEs.

Na época, procurava-se dar aos portadores de deficiência mental noções das atividades do dia-a-dia. Não estávamos preocupados em oferecer conhecimentos de leitura e escrita, mas hábitos para se levar uma vida normal.

Nessa mesma ocasião, foi organizada a primeira equipe técnica multidisciplinar para estabelecer um diagnóstico inicial que precedesse o tratamento e o processo educacional nas APAEs.

Por volta de 1967/68, sentimos a necessidade de oferecer também aulas de Educação Física para nossos alunos, o que nos levou a contratar dois profissionais. Nosso objetivo ao oferecermos a educação física na APAE era facilitar a integração social dos alunos, fazer com que eles achassem a escola mais alegre e divertida, facilitando a sociabilização.

Fizemos questão que o professor de Educação Física fosse parte da equipe técnica de Avaliação e Diagnóstico do comportamento da criança.

A partir de então, várias APAEs introduziram a Educação Física nos currículos de suas escolas, muitas delas até com profissionais especializados.

¹ Ex-Presidente da Federação Nacional das APAEs – Gestão 1967-1977 e Presidente da Federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro – Gestão 1999-2001.



Com isto, os portadores de deficiência atendidos nas APAEs passaram a praticar várias modalidades esportivas: basquete, handebol, futebol de salão, futebol de campo, atletismo, natação, entre outras.

Em 1972, já como presidente da Federação Nacional das APAEs, participei de um Congresso Internacional, em Paris, de Pessoas Portadoras de Retardo Mental. Tive a oportunidade de assistir a um desfile de jovens portadores de deficiência mental que estavam disputando os Jogos Olímpicos para Portadores de Deficiência Mental.

Entusiasmado com o que vi, trouxe a idéia de realizar uma competição do mesmo gênero no Brasil e a submeti à aprovação da Diretoria da Federação Nacional das APAEs.

Depois da aprovação da idéia, partimos para o processo de tornar o sonho realidade. A primeira pessoa que se engajou na idéia foi a minha esposa, Yvonne Borba, que já participara de vários campeonatos esportivos. Com ela e com a ajuda dos técnicos da Secretaria de Educação Física do Exército, começamos a montar o nosso evento.

No início, sofremos muita pressão por parte dos nossos especialistas, que achavam que poderíamos expor os alunos ao ridículo perante o público.

Na época, eu dizia a todos que o objetivo das APAEs com essa promoção era realmente mostrar a todos a capacidade do portador de deficiência: falava-se muito neles, mas quem eram? Só os pais ou as pessoas próximas é que sabiam.

Elaboramos um regulamento, estipulamos as provas que poderiam ser disputadas, procuramos os recursos que julgávamos necessários e solicitamos o apoio do Exército, do Ministério da Educação e de empresários do Rio de Janeiro.

Nosso objetivo não era somente a disputa esportiva, tínhamos um ideal maior, que era o de reunir os jovens de todo o Brasil para conagraçamento e integração.

O Exército, além de pessoal técnico, nos cedeu toda a praça de esportes da Escola de Educação do Exército e um clube especial.

Conseguimos a hospedagem das delegações estaduais no antigo prédio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. As delegações se deslocaram de seus Estados de ônibus.

Nosso grande desafio, então, seria o de verificar como se comportariam esses jovens afastados de seus familiares e de seus hábitos normais.

Para participar da I Olimpíada Nacional das APAEs e Instituições Especializadas em 1973, vieram mais de dois mil jovens de todos os Estados brasileiros.

Nossos atletas se mostraram capazes de tudo e se comportaram da maneira mais brilhante possível, surpreendendo a todos nós.

Após dez dias de disputas esportivas, realizamos a festa de encerramento no Tijuca Tênis Clube, que nos foi gentilmente cedido para realizarmos um baile.



Todas as despesas de transporte das delegações, alimentação, uniformes para os atletas, medalhas e troféus foram pagas pela Federação Nacional das APAEs, com o patrocínio do Ministério da Educação e de várias outras organizações.

Durante a olimpíada, conseguimos que uma equipe de basquete de paraplégicos, de cadeiras de rodas, dos Estados Unidos, viessem ao Brasil disputar alguns jogos contra uma equipe que existia no Rio de Janeiro, como demonstração do que os portadores de deficiência física eram capazes.

Um ano depois da realização da nossa olimpíada, a organização da Special Olympics, da Fundação Kennedy, que realizaria a Olimpíada Internacional na Cidade de Michigan, Estados Unidos, nos fez um convite para que participássemos com uma delegação no evento.

O Brasil foi representado por 15 atletas integrantes das APAEs de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. Nossos atletas se destacaram nas provas que disputaram com os atletas de outros países.

A partir da primeira olimpíada, a Diretoria da Federação Nacional das APAEs resolveu instituir a realização do evento a cada dois anos, sempre nos anos pares, uma vez que nos ímpares, realizamos o Congresso Nacional das APAES.

Assim para fazermos esse enquadramento, realizamos no ano seguinte, em 1974, a II Olimpíada Nacional, em Brasília, e a terceira edição em Belo Horizonte, em 1976, depois a quarta competição em 1982, em Belém, no Pará, e assim sucessivamente, chegamos ao ano de 2000 à XV Olimpíada Nacional das APAEs, realizada em Blumenau, em Santa Catarina.



2. EDUCAÇÃO FÍSICA: MARCOS REFERENCIAIS

A Educação Física entrou na escola brasileira em 1851, adotada nos municípios da corte. Ainda com o nome de Ginástica, foi inserida no início do século nos currículos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal.

De 1890 a 1960, a Educação Física andou de “mãos dadas” com o militarismo, em virtude dos movimentos ginásticos europeus (métodos sueco, alemão e francês) que tinham conotação militarista. Também foi o sistema militar que mais forneceu profissionais para a Educação Física nesse período.

Na década de 30, passou a ser reconhecida como disciplina e foi incluída nos currículos como prática educativa obrigatória. Porém, existiam interesses diferenciados na implantação da Educação Física no sistema escolar brasileiro. O Estado pretendia desenvolver valores referentes à moral e ao civismo e à ideologia dominante na época. Os educadores da escola nova vendiam a idéia do desenvolvimento integral do aluno, relacionado ao físico, à higiene e à saúde. Educadores conservadores pregavam uma Educação Física que ajudasse o corpo nas atividades mentais e tivesse a mente como controladora. Já os militares viam a Educação Física relacionada à eugenia², que valorizava a higiene e a saúde, visando à preparação do corpo para a defesa da nação e ao aprimoramento da raça humana por meio das atividades físicas.

No final da década de 40 e início de 50, inicia-se o fenômeno esportivo que dará novas formas à Educação Física, tornando-a atraente. Esse modelo passou valores relacionados ao espírito competitivo, coesão nacional em torno do esporte e promoção do Brasil no exterior, além de moral e civismo, senso de ordem e disciplina. Nesse período, a ginástica e o esporte passam a trabalhar com os mesmos objetivos.

Em 1971, o Decreto nº 69.450 fixa objetivos para a Educação Física, enfatizando o aspecto biopsicossocial como fator a ser desenvolvido nas aulas. Os programas de Educação Física Escolar passaram então a estimular o esporte de rendimento. As aulas eram desenvolvidas no sentido de buscar a performance dos alunos. Daí resulta a definitiva esportivação da Educação Física Escolar, o que desfavorecia a participação dos menos dotados e das Pessoas Portadoras de Deficiência.

² Eugenia é uma ação que visa ao melhoramento genético da raça humana, utilizando-se para tanto de esterilização de deficientes, exames pré-nupciais e proibição de casamentos consanguíneos.



Na década de 80, com a crise do sistema educacional, a Educação Física também entra em crise e busca superar o modelo baseado em resultados esportivos. Verifica-se a inexistência de uma proposta para as séries iniciais (educação infantil e educação básica – 1º e IIº ciclos). Os profissionais estavam voltados para a aprendizagem de habilidades esportivas, sem observar princípios relacionados ao crescimento e desenvolvimento infantil.

Até o início dos anos 80, os profissionais de Educação Física trabalhavam com ênfase no rendimento e na performance e com preocupações médicas, sem uma formação pedagógica mais intensa para exercer função educativa. Então foram propostas novas ênfases para a Educação Física para que pudesse atender, de maneira mais efetiva, às novas necessidades que se apresentavam com a separação do *esporte de rendimento* da *Educação Física Escolar*.

Iniciou-se aí a reflexão sobre a utilidade social da Educação Física e seu papel nas transformações sociais, enfatizando sua função no desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico e consciente, buscando desencadear mudanças de atitudes, idéias e sentimentos e não simplesmente ensinar movimentos predeterminados, mecânicos e sem função objetiva fora da prática esportiva.

Mas, ainda assim, a Educação Física continuou a sofrer com uma visão que a considerava desvinculada do processo educacional, sendo “tratada como ‘marginal’, que pode, por exemplo, ter seu horário ‘empurrado’ para fora do período que os alunos estão na escola ou alocada em horários convenientes para outras áreas e não de acordo com as necessidades de suas especificidades. Outra situação em que essa ‘marginalidade’ se manifesta é no momento de planejamento, discussão e avaliação do trabalho, no qual raramente a Educação Física é integrada” (Brasil, 1997, p. 24).

Essa visão existia em função da não-valorização dos aspectos pedagógicos da Educação Física, o que levava os professores a trabalharem de forma isolada, sem se envolverem com as ações da escola.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394), promulgada em 20 de dezembro de 1996, ocorre uma mudança na concepção de Educação Física, que passa a ser obrigatória em todo o ensino fundamental, inclusive nos dois primeiros ciclos. No seu art. 26, § 3º, ela dispõe que:

“A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (Brasil, 1999, p. 17).

Assim, a Educação Física, como parte integrante do sistema educacional, com suas aulas incluídas na grade horária curricular, passa a ter seu valor e importância reconhecida, e ser vista como parte efetiva do processo sociopolítico e cultural que, além de ensinar métodos e técnicas desportivas, contribui efetivamente para a educação dos alunos.



O Manifesto Mundial da Educação Física – FIEP 2000, no seu artigo 5º, proclama que:

“A Educação Física deve ser assegurada e promovida durante toda a vida das pessoas, ocupando um lugar de importância nos processos de educação continuada, integrando-se com os outros componentes educacionais, sem deixar, em nenhum momento, de fortalecer o exercício democrático expresso pela igualdade de condições oferecidas nas suas práticas” (FIEP, 2000).

Nascem assim uma nova concepção e novos olhares sobre a Educação Física que, segundo Vago & Sousa (1997, p. 8), vem “tentando construir um ensino que possa participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas pelos seres humanos ao longo de sua história cultural, como os jogos, os brinquedos, as brincadeiras, os esportes, as danças, as formas de ginástica, as lutas. Fazendo isso, o ensino da educação física se configura como um lugar de produzir cultura, sendo os professores e os alunos os sujeitos dessa produção”.



3. A EDUCAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A análise histórica mostra que houve um tempo em que pessoas portadoras de deficiência eram sacrificadas. Gradativamente a rejeição transformou-se em compaixão, proteção e caridade, o que felizmente hoje vem sendo substituído pela conquista de dignidade, direito e cidadania.

No Brasil, as constituições de 1824 e 1891 somente garantiam o direito à igualdade. Com uma visão mais social, a Constituição de 1934, no seu artigo 138, determinava que:

“Art. 138 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;”

A Constituição de 1937 permanece estacionária quanto ao texto da Constituição de 1934, repetindo basicamente o mesmo conteúdo no seu artigo 127:

“Art. 127 – A infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades.”

Já na Constituição de 1946, artigo 141, parágrafo primeiro, manteve-se o direito à igualdade, mas, no inciso XVI do artigo 157, cita-se o direito à previdência para o trabalhador que ficar inválido.

Mudanças consideráveis e definitivas são implementadas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que diz:

“Todo ser humano é elemento valioso, qualquer que seja a idade, sexo, nível mental, condições emocionais e antecedentes culturais que possua, ou grupo étnico, nível social e credo a que pertença. Seu valor é inerente à natureza do homem e às potencialidade que traz em si”.



“Todo ser humano tem direito de reivindicar condições apropriadas de vida, aprendizagem e ação, de desfrutar de convivência condigna e de aproveitar das experiências que lhe são oferecidas para se desempenhar como pessoa e membro atuante de uma comunidade”.

Esses princípios apontam para caminhos e atitudes que promovam a cidadania sem qualquer discriminação. Nesse sentido, a Constituição de 1967, além de manter os direitos adquiridos pelos portadores de deficiência nas constituições anteriores, faz a primeira menção específica quanto à proteção e educação destes:

“Art. 175 – A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos poderes públicos”.

“Parágrafo quarto – Será elaborada lei especial sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais.”

Em 1971, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclama “Os Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas” e em 1975 a “Declaração dos Direitos do Deficiente”. No Brasil, a Lei 5.692/71, das Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus, em seu artigo 9º, confere destaque ao atendimento a pessoas deficientes e superdotadas.

A partir da década de 70, inicia-se uma nova tendência na educação mundial com a introdução da individualização do ensino, na qual se procura respeitar e aceitar as diferentes necessidades de cada indivíduo, buscando no processo ensino-aprendizagem atendê-las particularmente. Esse processo ganha força a cada dia na busca de ações não-discriminadoras, baseadas nos princípios da normalização, integração e individualização, que vêm subsidiar as ações de Educação Especial no Brasil.

A Educação Especial passa então a atender àqueles alunos que, por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares referentes à sua idade, requerem recursos pedagógicos e metodologias educacionais diferenciadas.

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, no Ministério da Educação e Cultura, para subsidiar a formação da Política Nacional de Educação Especial. Carmo (1991, p. 101) afirma que o CENESP pode ser considerado o primeiro passo por parte do Estado no sentido de traçar planos políticos de âmbito nacional na área da Educação Especial, pois, até a sua criação, ocorriam eventos isolados e ações casuísticas de assistência educacional a pessoas ‘deficientes’. O Plano Nacional de Educação Especial – PLANESP, 77/79 priorizou o ensino regular aos excepcionais, buscando assegurar igualdade de oportunidades à pessoa com deficiência.

Em 1978, outros ganhos foram assegurados por meio da emenda nº 12 à Constituição de 1967, que consagrava:



“Artigo Único – É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I – Educação especial e gratuita;
- II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
- III – proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos “.

Em 1986, o CENESP foi transformado em Secretaria de Educação Especial – SEESP e foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente – CORDE, à época ligada diretamente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN-Pr, atualmente vinculada ao Ministério da Justiça, responsável pelas articulações de iniciativas que promovam o cumprimento dos direitos da pessoa com deficiência.

O que se observa na atual Constituição, promulgada em 1988, é a manutenção dos ganhos obtidos nas constituições anteriores, como o princípio da igualdade, de forma fracionada em vários artigos. Dentre eles, destaca-se o artigo 205, que assegura o direito à educação especial, e o inciso III do artigo 208, que determina a obrigatoriedade de ensino especializado às pessoas portadoras de deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação (Brasil, 1994, p. 37) determinou que a Educação Especial passasse a trabalhar segundo os princípios básicos de:

- **Normalização** – preparação das pessoas para a vida em condições de cidadania, consideradas suas diferenças individuais.
- **Individualização** – pressupõe adequar o atendimento educacional às necessidades de cada aluno respeitando suas diferenças individuais;
- **Integração** – processo que implica ações interativas, exercidas mutuamente entre duas ou mais pessoas ou instituições.
- **Construção do real** – entendida como resultado da conciliação entre o que é possível fazer e o que é necessário ser feito.
- **Legitimidade** – entendida como a participação das pessoas portadoras de deficiência, de problemas de conduta e superdotados ou de seus representantes legais na elaboração e formulação de políticas públicas, planos e programas.

Esses princípios baseiam-se na aceitação da Pessoa Portadora de Deficiência e na criação de condições para seu desenvolvimento, ensejando experiências compatíveis com suas necessidades para que possam ter possibilidade de participação ativa no ambiente familiar, educacional e de trabalho, bem como nos acontecimentos sociais, culturais e religiosos.

Em 1994, é realizada na Espanha a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, com a participação de 92 países, entre eles o Brasil, da qual



resulta a Declaração de Salamanca. Nesse encontro, reafirmou-se o direito à educação para todas as pessoas, independentemente de diferenças e necessidades específicas que tenham, enfatizando que a educação de crianças e jovens portadores de deficiências é parte integrante do sistema educacional.

Seguindo essa tendência, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nos seus artigos 58, 59 e 60, garante a oferta de educação escolar para portadores de deficiência a partir do seu nascimento, com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender a suas necessidades. No inciso III do art. 59, enfatiza-se que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos professores com especialização adequada para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração destes.

Propõe ainda, no seu artigo 58, a oferta de Educação Especial preferencialmente na rede regular e a oferta de serviços especializados sempre que não for possível a sua integração nas classes do ensino comum.

Pode-se verificar que, constitucionalmente, houve uma evolução na conquista dos direitos humanos das pessoas com deficiência, e esses mesmos direitos passaram por um processo de discussão que levou a um sistema educacional que busca promover a cidadania sem discriminações, preconizando a educação como um direito de todos.



4. A EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

No que diz respeito à Educação Física, pouco se vê em termos legais, apesar de sua gradativa inserção nos programas de Educação Especial. Parte-se de leis, como a Portaria Ministerial nº 13, de 1º.2.1938, combinada com o Decreto nº 21.241/38, Artigo 27, letra b, item 10, que “estabelece a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário de aluno cujo estado patológico o impeça, permanentemente, das aulas de Educação Física (Cantarino Filho, 1982, p. 145), que simplesmente eliminava da escola pessoas que não pudessem praticar Educação Física dentro do modelo proposto à época.

Somente em 1984, quando da realização do II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos (EPT), em Belo Horizonte, a Secretaria de Educação e Desporto percebe a falta de uma política voltada para a Educação Física para Pessoas Portadoras de Deficiência.

Criou-se então o “Projeto Integrado” entre a Secretaria de Educação e Desporto (SEED) e o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que tinha como objetivo “investigar a ausência de uma política nacional de Educação Física, Desporto e Esporte para todos, ajustada com as necessidades desta prática com excepcionais” (Araújo, 1998).

Esse projeto levou à realização do I Fórum Nacional “O Excepcional e a Política de Educação Física, Desporto e Esporte para Todos”, que tratou dos problemas e dificuldades dos professores de Educação Física com relação às pessoas portadoras de deficiência.

Percebeu-se que havia algumas discussões referentes à Educação Física para pessoas portadoras de deficiências. As discussões foram provocadas por uma realidade concreta, advinda de profissionais e entidades que já promoviam o esporte para pessoas com deficiência, caso da Federação Nacional das APAEs que, já em 1973, antecipando-se no tempo, promovia sua primeira olimpíada nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Remeteu-se então às faculdades de Educação Física a necessidade de fundamentação teórica, calcada no conhecimento científico, e de pesquisas que favorecessem o desenvolvimento da Educação Física para pessoas portadoras de deficiência.

A partir daí, as faculdades de Educação Física passaram a inserir em seus currículos disciplinas relacionadas ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência, visando preparar os novos profissionais para atender a essa clientela.



A Lei nº 9.394/96 coloca a Educação Física como componente curricular, integrada à proposta pedagógica da escola. Portanto, entende-se a Educação Física como parte integrante do Ensino Especial, já que este constitui modalidade de educação escolar. A Educação Física passa a ser garantida também às pessoas portadoras de deficiência. Nesse sentido, a área passa a rever seus conceitos na busca de um processo pedagógico que vise ao desenvolvimento integral do aluno, respeitadas suas limitações e potencialidades, além de trabalhar na direção da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Rosadas (1994, p.30) afirma que “o objetivo da Educação Física, enquanto processo educacional, não é a simples aquisição de habilidades, mas sim contribuir para o desenvolvimento das potencialidades humanas. No aspecto social, ajudar a criança a estabelecer relações com as pessoas e com o mundo; no aspecto filosófico, ajudar a criança a questionar e compreender o mundo; no aspecto biológico, conhecer, utilizar e dominar o seu corpo; no aspecto intelectual, auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo”.



5. A PROPOSTA: JUSTIFICATIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER

Considerando que:

- A Federação Nacional das APAEs é um movimento de pais, amigos e pessoas portadoras de deficiência, de excelência e referência no país, na defesa de direitos e prestação de serviços. Sua missão é promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária;
- “A Educação Física, pelo seu conceito e abrangência, deve ser considerada como parte do processo educativo das pessoas, seja dentro ou fora do ambiente escolar, por constituir-se na melhor opção de experiências corporais sem excluir a totalidade, criando estilos de vida que incorporem o uso de variadas formas de atividades físicas que, com fins educativos, nas suas possíveis formas de expressão, (...) constituem-se em caminhos privilegiados de Educação” (FIEP, 2000);
- “A Educação Física deve ser assegurada e promovida durante toda a vida das pessoas, ocupando um lugar de importância nos processos de educação continuada, integrando-se com os outros componentes educacionais, sem deixar, em nenhum momento, de fortalecer o exercício democrático expresso pela igualdade de condições oferecidas nas suas práticas” (FIEP, 2000);
- Há necessidade de criação de estilo de vida ativo, no qual os indivíduos adotem comportamentos de saúde, com atividade física, boa utilização do tempo com atividades culturais e de lazer, hábitos alimentares saudáveis, prevenção de comportamentos sexuais de risco;
- A atividade física é um comportamento para a prevenção de doenças e manutenção de saúde que deve enfatizar a participação, a decisão, a autonomia e não a dependência;

A Federação Nacional das APAEs, buscando a garantia do direito às atividades de Educação Física Escolar, Desporto e Lazer às pessoas portadoras de deficiências, cria esta Proposta Orientadora das Ações, voltada para duas linhas de ação. A primeira, integrada à Proposta Pedagógica orientada pela APAE Educadora,

em que a Educação Física é tratada como componente curricular, ou seja, a Educação Física Escolar, com conteúdos, objetivos e estratégias metodológicas orientadas pelo Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCN) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e médio. A segunda, por meio de Projetos Especiais, fora do contexto da APAE Educadora, que tem por objetivo desenvolver, promover e manter hábitos saudáveis, pela prática de Educação Física, Desporto e Lazer, visando à qualidade de vida do praticante, assim como o preparo para treinamentos e participações competitivas e recreativas.

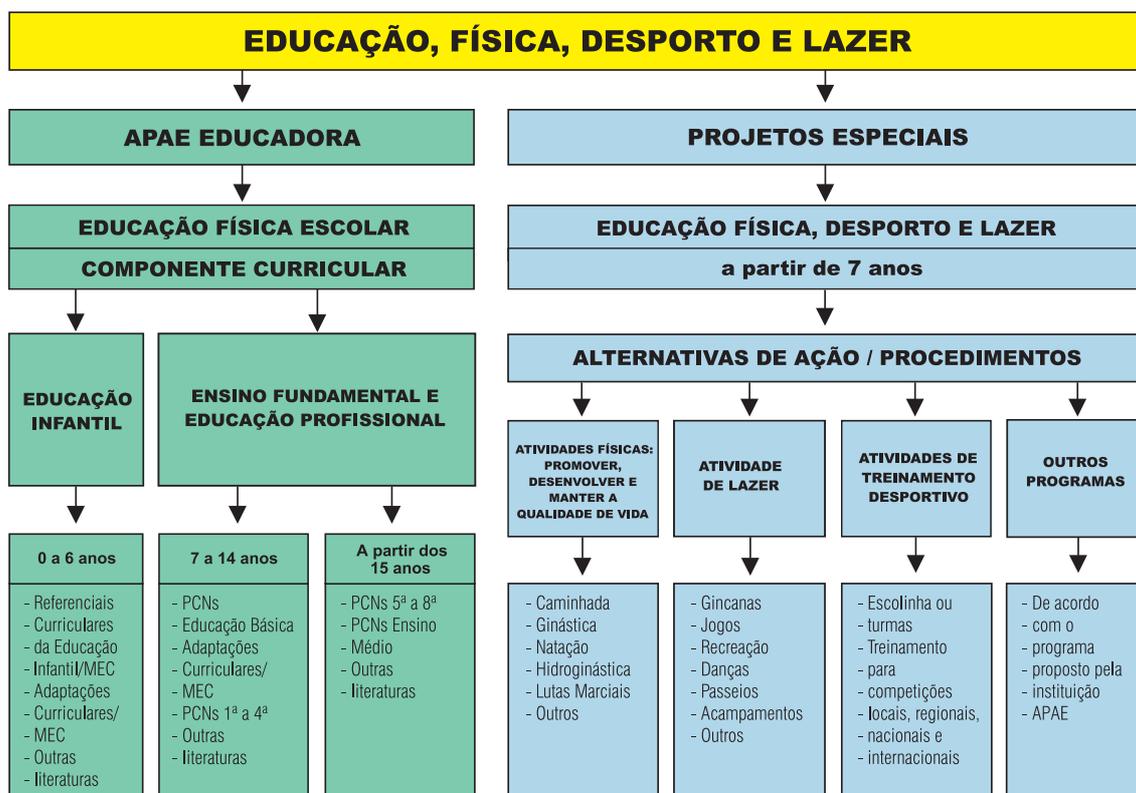


Figura 1 - Estrutura da Proposta Educação Física, Desporto e Lazer para o Movimento Apeano.



6. A ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física oferecida pelas escolas das APAEs deve incluir o corpo, o movimento e a ludicidade como aspectos educacionais indissociáveis, e oferecer oportunidades educacionais adequadas ao desenvolvimento integral e à manutenção da saúde na busca de uma efetiva participação e integração social. Em função disso, a proposta tem como base objetivos, valores, atitudes e eixos estruturadores.

6.1. Objetivos

- a) Objetivo Geral
 - Contribuir com o processo de construção da cultura corporal, por meio da participação em atividades de Educação Física que valorizem a realização do homem, respeitando todos os aspectos da dimensão humana e do meio ambiente.
- b) Objetivos Específicos
 - Favorecer o acesso e a participação de todos nas atividades inerentes à Educação Física, ao Desporto e ao Lazer;
 - Estimular a interação de todos, favorecendo a construção de valores e atitudes por meio da cooperação e solidariedade;
 - Desenvolver a consciência e expressão corporal, de forma lúdica e criativa, mediante a participação no processo de planejamento, realização e avaliação das atividades;
 - Desenvolver e treinar habilidades esportivas visando a participação em competições colegiais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
 - Expandir e aprofundar a consciência crítico-social transformadora da realidade;
 - “Permitir a compreensão sobre a natureza e à importância da corporeidade, como meio de acesso e interferência no mundo vivido” (GDF, 2000, p. 90).

6.2. Valores e atitudes

- Justiça
- Liberdade
- Autonomia
- Respeito



- Cooperação
- Fraternidade
- Participação
- Criatividade
- Igualdade

6.3. Eixos Estruturadores

- **Ludicidade-aprendizagem**

A ludicidade é um “componente indispensável da existência humana que, situado na esfera do simbólico e vinculado aos fenômenos da curiosidade e da intencionalidade do homem, manifesta-se pelo brincar, como processo criativo da estruturação do comportamento humano” (GDF, 2000, p. 91).

Um conteúdo significativo para o aluno relaciona-se com seus interesses, identidade e impulsos de realização. Nesse sentido, destaca-se “a importância do prazer, da brincadeira e do jogo, como fatores relevantes da aprendizagem e dos impulsos libertadores do potencial criador, principalmente quando orientados para um objetivo determinado. Tal é a importância do binômio ludicidade-aprendizagem, que tem sido determinante na transmissão da cultura dos povos” (GDF, 1993, p. 342).

- **Individualidade-sociabilidade**

Refere-se à observância das diferenças individuais, respeitando as limitações e estimulando as potencialidades do homem. O aluno necessita de liberdade para refletir e decidir, para que tome consciência dos seus atos, assuma responsabilidades e busque autonomia no pensar e no agir.

O respeito às diferenças individuais é ponto fundamental na prática educativa e permite que o indivíduo se socialize, respeitando-se e respeitando o grupo de que faz parte. Por isso, não se deve comparar ou rotular qualquer indivíduo em função de modelos preestabelecidos para que não se fragmentem o indivíduo e o grupo.

É importante ressaltar que “não é necessário que todas as pessoas cheguem no mesmo lugar ao mesmo tempo, mas que todos tenham o direito de achar o seu próprio lugar no seu tempo” (Boato, 1996, p. 48)

- **Competitividade-cooperatividade**

O esporte e o jogo devem ser norteados por princípios que observem o valor educativo de suas práticas. O primeiro princípio consiste em uma “prática com equilíbrio de capacidade entre competidores. O segundo é o de se organizarem as regras em função das necessidades do desenvolvimento, seguindo um processo contínuo de progressividade. O terceiro é o de se organizar a competição no sentido de resolver os prováveis conflitos que surjam no grupo e, mais que isso, ser a competição elemento motivacional de cooperatividade e celebração lúdica entre os membros dos grupos e entre os próprios grupos que competem entre si” (GDF, 1993, p. 343).



- **Progressividade-continuidade**

“Quando se fala em desenvolvimento humano, antes de tudo, há de se ressaltar que este é um processo e, portanto, é dinâmico e contínuo, e não estanque e limitado. O desenvolvimento humano implica transformações contínuas que ocorrem através da interação dos indivíduos entre si e com o meio em que vivem, estendendo-se por toda a vida” (Boato, 1996, p. 47).

Nas várias fases do desenvolvimento, a motricidade, a afetividade, a sociabilidade e a inteligência passam por modificações e apresentam características diferenciadas em cada momento. O que difere de pessoa para pessoa é a intensidade rítmica desse desenvolvimento e, por isso, é importante que o professor, conhecendo o momento histórico do desenvolvimento dos alunos, adequue suas atividades e conteúdos, de maneira a atender às necessidades momentâneas de cada um.

- **Heteronomia-autonomia**

Inicialmente, a criança é totalmente dependente da atuação do outro para atender a suas necessidades. A forma de comunicação inicial são reações reflexas tônico-emocionais. Progressivamente, ela vai descobrindo-se e reconhecendo-se, adquirindo novas informações do meio, e aprendendo a interagir pelas suas próprias ações, passando de simples receptor a atuante e, posteriormente, a transformador. Por volta dos 12 anos de idade, a independência motora de base estará pronta. Mas essa independência é construída por meio da incorporação de atitudes, modelos e comportamentos próprios do meio em que a criança vive. Daí a importância de oferecer a ela um universo diversificado de experiências motoras, pois quanto maior e mais diversificado for o mundo de suas vivências, maior será o domínio corporal e maiores serão as possibilidades de aprendizagem e aprimoramento das formas e expressões culturais do movimento.

- **Orientação-criatividade**

É necessário orientar o aluno para a proposição de descobertas de novos movimentos, procurando não culpá-lo pelo erro. O erro deve ser visto como parte integrante do processo de desenvolvimento e obstáculo natural que pode servir de alavanca para realizar o inédito e para aprimorar o já conhecido. A criança, diante de situações nas quais ela tem liberdade para ousar, afirma em si a autoconfiança e o reconhecimento de suas potencialidades. A satisfação cria o desejo de novas descobertas, mantendo-a interessada e imaginativa diante das situações de ensino-aprendizagem.

- **Totalidade-sinergia**

A ação educativa não atinge sua eficácia máxima se não se colocar em jogo todo o conjunto do aparelho neurológico, incluindo aí os centros motores, de integração emocional e de regulação tônica. Nesse sentido, “a Educação Física não se pode ater simplesmente ao ensino-aprendizagem de habilidades motoras ou de cultura desportiva, sem considerar a totalidade psicomotora do aluno que se desenvolve, simultaneamente, em múltiplos aspectos sinérgicos” (GDF, 1993, p. 344).



7. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NAS ESCOLAS DAS APAES

A Educação Física Escolar pode sistematizar situações de ensino e de aprendizagem que garantam aos educandos o acesso a conhecimentos práticos e conceituais.

A Educação Física Escolar deve oportunizar a todos os alunos, independentemente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não-seletiva, visando a seu aprimoramento como seres humanos.

O processo de ensino e aprendizagem, a despeito dos conteúdos escolhidos devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social). Não se restringe a simples exercício de certas habilidades e destrezas, mas de capacitar o indivíduo para refletir sobre suas possibilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física – PCNs (p. 24) é tarefa da Educação Física Escolar garantir o acesso dos alunos às práticas de cultura corporal, contribuir para a construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecer instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente.

A Educação Física Escolar no contexto da APAE Educadora divide-se em:

- Educação Física escolar para a Educação Infantil (0 a 6 anos) – Fase I
- Educação Física escolar para o Ensino Fundamental e Educação Profissional para os ciclos de:
 - Escolarização Inicial – Fase II – 7 a 14 anos
 - Escolarização e Profissionalização – Fase III – acima de 14 anos

A formação de turmas para o atendimento em Educação Física Escolar proposta pela APAE Educadora deverá observar, além da idade cronológica do aluno para inserção nas respectivas fases, o seu padrão funcional e capacidades de compreensão dos estímulos e de execução dos movimentos propostos.

Nas fases II (Escolarização Inicial) e III (Escolarização e Profissionalização), haverá três níveis de atuação da Educação Física Escolar (Nível I, Nível II e Nível III), e para inserção do aluno dever-se-á considerar suas condições físicas momentâneas.



- Nível I – Estimulação Motora
- Desenvolvimento do sistema motor global por meio da estimulação das percepções motora, sensitiva e mental com experiências vividas do movimento global.
 - Desenvolvimento dos movimentos fundamentais.
- Nível II – Estimulação das Habilidades Básicas
- Melhoria da execução e aumento da capacidade de combinação dos movimentos fundamentais.
 - Desenvolvimento de atividades lúdicas coletivas, visando à adoção de atitudes cooperativas e solidárias, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.
- Nível III – Estimulação Específica e Iniciação Desportiva
- Aprendizagem e desenvolvimento de habilidades específicas, visando à iniciação esportiva.
 - Treinamento de habilidades esportivas específicas, visando à participação em treinamentos e competições.

Para o programa de Educação Infantil, que compreende a faixa etária de 0 a 6 anos, o aluno será sempre inserido no Nível I (Estimulação Motora).

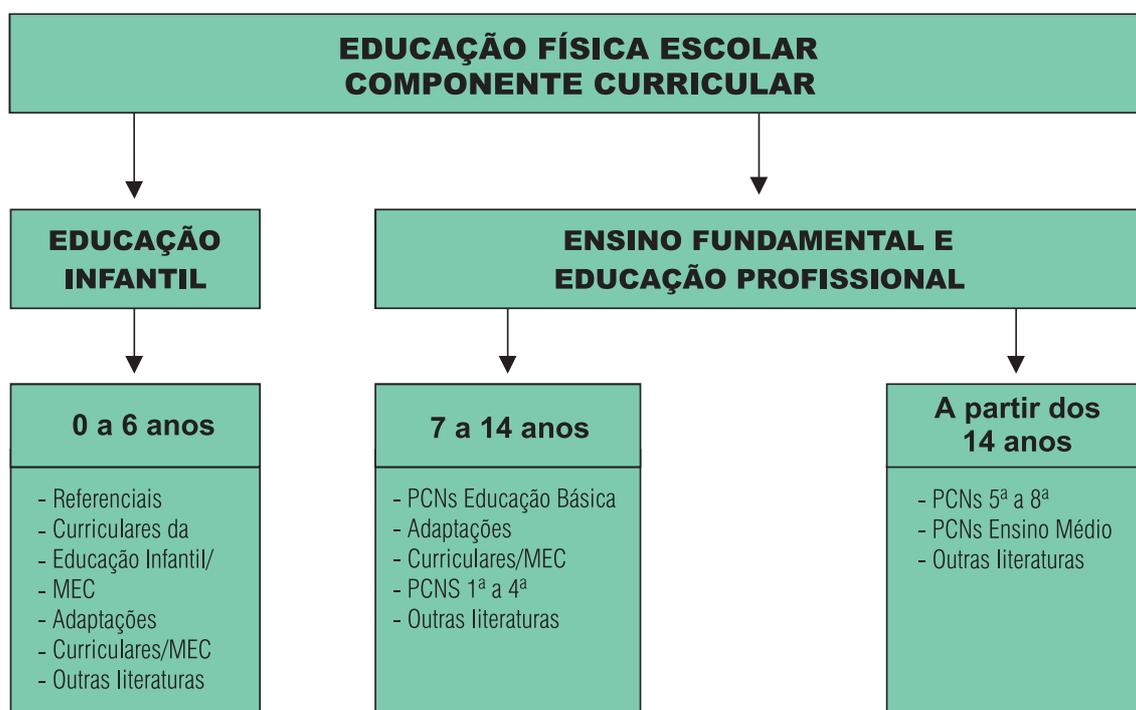


Figura 2 – Estrutura da Proposta Educação Física Escolar – Componente Curricular.



8. EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA

Na proposta orientadora das ações educacionais da APAE Educadora, a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica (LDB – título V, capítulo II, seção II, art. 29), e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. A Educação Infantil proposta pela APAE Educadora segue a mesma estrutura organizacional orientada pelo RCN – Referencial Curricular Nacional/MEC da Educação Infantil.

A Educação Infantil proposta pela APAE Educadora compreende dois programas:

- A) Educação Precoce, para a faixa etária de 0 a 3 anos
- B) Educação Pré-escolar, para a faixa etária de 4 a 6 anos

É importante ressaltar que as atividades e sugestões de conteúdos devem considerar as fases de desenvolvimento e condições peculiares de cada criança.

Nesse sentido, amparados pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/MEC, que visa contribuir para a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças, a proposta referencia os princípios abaixo:

- respeito à dignidade e aos direitos das crianças, considerando suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, comunicação, interação social, pensamento, ética e estética;
- socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume I, p. 35, apresenta ainda algumas considerações quanto ao processo de inclusão dessas crianças no ensino regular, no qual deve-se observar:

- grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;
- idade cronológica;



- disponibilidade de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
- condições socioeconômicas e culturais da região;
- estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantados nas unidades federadas.

8.1. Objetivos

A prática da educação infantil deve ser organizada de modo que as crianças possam:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitudes de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante e agente transformador do meio ambiente, valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (RCN).

8.2. Aspectos a Serem Considerados no Desenvolvimento da Criança

Os referenciais apresentados abaixo constituem-se em uma adaptação do modelo do Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Educação Física (Boato, 1996).

Com relação aos aspectos do desenvolvimento, destacam-se:



a) Desenvolvimento do Esquema Corporal

a.1) 0 a 1 ano – Etapa do Corpo Submisso

Nessa etapa, os movimentos são automáticos e dependentes da bagagem inata (reflexos e automatismos). As manifestações emocionais são mal controladas e fortes.

a.2) 1 a 3 anos – Etapa do Corpo Vivido

Os movimentos são globais e a criança age dentro do método de “ensaio e erro”. Nessa fase, a criança imita o adulto e essa imitação, com suas experiências motoras, lhe permite formar o primeiro esboço do esquema corporal. Nessa etapa, o meio é que fornece à criança matéria para exploração de movimentos.

A criança ao final dessa etapa já possui um certo domínio do corpo, mas dissocia seus movimentos. Aqui, não é tão importante que a criança saiba o nome das partes de seu corpo, mas que possa movimentar-se livremente por todos os espaços possíveis, passando pelo maior número de experiências motoras que a façam utilizar e sentir todo o seu corpo.

a.3) 4 a 5 anos – Etapa do Corpo Descoberto

A criança começa a tomar consciência das características corporais e descobre os segmentos corporais. Em função das experiências vividas, verbaliza as partes do corpo e começa a refletir sobre os movimentos. Portanto é importante enfatizar sempre o que a criança está fazendo e com que parte do seu corpo.

b) Desenvolvimento Psicomotor

b.1) 0 a 1 ano – Fase Neuromotora (Desenvolvimento do Sistema de Respostas Inatas)

Nessa fase, as respostas do corpo são globais, e os movimentos programados geneticamente e controlados inconscientemente (descargas motoras).

b.2) 1 a 2 anos – Fase Sensório-motora (Desenvolvimento do Sistema Motor Global)

Nessa fase, aparecem as primeiras formas de movimentos voluntários e já existe um controle tônico-postural. Os movimentos deixam de ser “descargas motoras” e passam a ser significativos para criança.

A criança tende a repetir várias vezes os movimentos, o que proporciona maior eficiência dos gestos. A posição bípede permite a liberação das mãos que vão auxiliar na manipulação de objetos por meio da coordenação viso-motora que começa a instalar-se.

A criança, para expressar-se, é dependente do adulto no aspecto afetivo, mas já manipula (pegar, receber e arremessar) e movimenta-se (rolar, rastejar, quadrupediar, andar) só que de maneira ainda rudimentar.



b.3) *2 a 6 anos – Fase Perceptivo-Motora* (Desenvolvimento dos Sistemas de Locomoção, Preensão e Viso-motor)

Os movimentos passam a ser mais eficientes e complexos e são considerados fundamentais para o relacionamento com o meio, embora ainda sejam realizados separadamente.

A criança realiza os movimentos locomotores (andar, correr, arrastar, rolar, saltar, trepar, saltitar), não-locomotores (flexionar, estender, torcer, girar, levantar, sentar) e manipulativos (lançar, pegar, bater, rebater, chutar, quicar, receber).

Nessa fase, a criança deve conhecer e experienciar o maior número possível de movimentos fundamentais e explorar o ambiente e os objetos que a cercam. Até os cinco anos, aproximadamente, a imitação e o jogo simbólico são fundamentais para o desenvolvimento da inteligência. Por meio deles, a criança integra, por iniciativa própria, um modelo social. Entre 6-7 anos, por meio de uma “recriação”, é capaz de transformar a realidade.

No final dessa fase, a criança deixa de ser mera receptora-reprodutora e passa para a fase da recriação do modelo social, tendo uma representação mental de seu corpo, por meio da tomada de consciência das características corporais e dos segmentos do corpo.

8.3. Aspectos Gerais dos Conteúdos a Serem Aplicados em Cada Fase da Criança na Escola

a) *0 a 2 anos*: Fase do Despertar do Eu-corporal

Conteúdos:

- Elementos de estruturação do domínio corporal;
- Relações ludo-afetivo-sociais com o objeto, com o outro e com o meio;
- Elementos cognitivos.

b) Fase da Descoberta do Eu-corporal

b.1) *2 a 6 anos*:

Conteúdos:

- Elementos de estruturação do domínio corporal;
- Controle da inibição voluntária;
- Relações ludo-afetivo-sociais com o objeto, com o outro e com o meio;
- Elementos ludo-simbólicos;
- Elementos ludo-cognitivos.

a) *2 a 4 anos*:

- Conhecimento do corpo (percepção e dominação das partes do corpo);
- Conhecimento do espaço imediato;
- Primeiros jogos de lateralidade.



b) *4 a 5 anos*

- Conhecimento do corpo (reprodução da figura humana, noções corporais, discriminação visual);
- Apuração dos sentidos;
- Conhecimento de diversas posições corporais e reprodução destas;
- Jogos de lateralidade;
- Reprodução de formas, tamanhos, movimentos;
- Desenvolvimento de orientações seguindo trajetos, partindo de pontos de referência;
- Desenvolvimento da discriminação visual e da memória perceptiva;
- Conhecimento do sentido de ordem e sucessão (antes-depois, ontem-hoje);
- Conhecimento da duração de tempo (curto-longo, dia-noite, cedo-tarde);
- Ritmo (tocar instrumentos adaptados ou não, acompanhar músicas, dançar, marchar etc.);
- Exercícios visando a escrita (desenhar livremente, pintar desenhos, fazer traços horizontais, verticais, circulares, desenhar formas geométricas – é importante nessa fase não se dar tanta importância à precisão das formas desenhadas, pintadas ou escritas –, moldar objetos na argila etc.).

c) *5 a 6 anos*

- Reconhecimento, expressão e reprodução de diversas posições corporais (graficamente e pelo próprio corpo);
- Associação de objetos a parte do corpo;
- Percepção, correção e reprodução de diversos movimentos;
- Mímicas;
- Refinamento de movimentos;
- Agrupamento de movimentos similares;
- Expressão de movimentos e ações pensadas;
- Organização em função da lateralidade em relação a si próprio e a outros;
- Orientação em relação ao espaço;
- Jogos de trajetos e mapas;
- Execução de dobradura;
- Previsão de trajetos para alcançar um fim;
- Compreensão de relações espaciais (perto-longe, em cima-embaixo etc.);
- Memorização de ordens e seqüências lógicas;
- Compreensão da duração do tempo (velocidade, duração);
- Reprodução de ritmos escritos.



9. ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A proposta da APAE Educadora caracteriza os objetivos do Ensino Fundamental de forma que se concretizem as intenções educativas, de capacidades dos alunos ao longo de sua escolaridade. Esses objetivos podem ser definidos em termos de habilidades e competências de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética, tendo em vista a formação ampla do educando portador de deficiência.

O artigo 32 da Lei nº 9.394/96 define como objetivos do Ensino Fundamental:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Para o aluno portador de deficiência, cujo desenvolvimento não permite o pleno domínio da leitura, escrita e cálculo, a APAE Educadora propõe considerar o desenvolvimento de sua capacidade de aprender por meio de diferentes formas de expressão, como desenho, expressão corporal, linguagem oral, pintura etc.

A Educação Física Escolar, nesse contexto, torna-se meio privilegiado de ação, pois atua de maneira integral, abordando o homem na sua totalidade e procurando desenvolver os aspectos motor, cognitivo, afetivo, emocional e criativo.

- **Objetivos Gerais para a Educação Física correspondente ao Ensino Fundamental**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física (Brasil, 1998, p. 63) descrevem como objetivos gerais para a Educação Física para o Ensino Fundamental que o aluno, ao final deste, seja capaz de:

- “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminação por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;



- repudiar qualquer espécie de violência, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade nas práticas da cultura corporal de movimento;
- conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais e étnicos;
- reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os com os efeitos sobre a própria saúde e de melhoria da saúde coletiva;
- solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;
- reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas;
- conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e desempenho que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida.”

• **Objetivos Específicos para a Educação Física correspondentes às 1ª e 2ª fases do Ensino Fundamental.**

“Espera-se que ao final do 1º ciclo os alunos sejam capazes de:

- participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais;
- conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais de forma a poder estabelecer algumas metas pessoais (qualitativas e quantitativas);
- conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corporal presentes no cotidiano;
- organizar autonomamente alguns jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais simples.” (Brasil, 1997, p. 65)

Para atingir tais objetivos, a APAE Educadora propõe a oferta do ensino fundamental em dois ciclos:

- A) Escolarização Inicial – Fase II: para educandos portadores de deficiência mental e outras associadas a esta na faixa etária de 7 a 14 anos;



- B) Escolarização e Profissionalização – Fase III: para educandos portadores de deficiência mental e outras associadas a esta na faixa etária acima de 14 anos nos programas de: a) Escolarização de Jovens e Adultos, b) Formação Profissional e c) Programas Pedagógicos Específicos.

9.1. Escolarização Inicial – Fase II

As questões apresentadas abaixo são uma adaptação do modelo do Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Educação Física (Boato, 1996).

Com relação aos aspectos do desenvolvimento, destacam-se:

a) Desenvolvimento do Esquema Corporal

a.1) 6 a 10 anos – Fase do Corpo Representado

A criança tem um controle voluntário das atitudes corporais e já consegue dissociar os movimentos mais precisos. Ela adquire o esquema postural e tem uma imagem estática do corpo.

Aqui, já associam-se movimentos fundamentais que antes eram executados separadamente.

a.2) 10 a 12 anos – Fase do Corpo Operatório

Nessa etapa, a criança desempenha de forma mais consciente sua motricidade por meio de uma imagem antecipatória dos movimentos em seqüência. A imagem do corpo é dinâmica e a criança já consegue dominar habilidades específicas, pois já tem domínio corporal.

Nessa fase, a criança terá uma consciência de si em forma de imagem no decorrer de uma ação e poderá chegar à aquisição inteligente de técnicas.

Aos 12 anos de idade, o esquema corporal está basicamente formado.

b) Desenvolvimento Psicomotor

b.1) 7 a 12 anos – Fase Psicomotora (Desenvolvimento dos sistemas de locomoção, preensão, viso-motor e audio-motor)

As experiências motoras já são mais complexas, e a criança que aqui já deve ter sua organização espacial pronta e entra na fase da estruturação espaço-temporal consegue combinar movimentos fundamentais vivenciados na fase anterior, com uma melhoria na qualidade da execução.

A criança começa a dominar habilidades específicas. As mãos já estão mais ágeis para execução de tarefas mais precisas como desenhar e escrever em virtude do desenvolvimento da coordenação óculo-manual, das relações espaciais e da identificação de formas.



A criança já representa verbal ou graficamente experiências vividas e há um aumento da capacidade de atenção e memória, que permite a ampliação das atividades cognitivo-motoras.

O domínio desses esquemas são fundamentais para uma disposição afetiva que se expressa por meio do interesse, criatividade, expressividade e sociabilidade.

Ao final dessa fase (12 anos) a personalidade está basicamente formada, mesma época em que se dá a estruturação do Esquema Corporal.

c) Conteúdos a Serem Trabalhados

c.1) *7 a 9 anos* – Fase da expansão da consciência e expressão do eu-corporal

- Conteúdos propostos pela APAE Educadora
 - Elementos de estruturação do domínio corporal;
 - Controle da inibição voluntária;
 - Relações ludo-afetivo-sociais com o objeto, com o outro, com o meio e com o grupo;
 - Elementos ludo-simbólicos;
 - Elementos ludo-cognitivos;
 - Reprodução gráfica de situações vividas ou lidas;
 - Desenhos de movimentos;
 - Adaptação de textos a uma ilustração.

- Conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997, p. 63)
 - Participação em diversos jogos e lutas, respeitando as regras e não discriminando os colegas;
 - Explicação e demonstração de brincadeiras aprendidas em contextos extra-escolares;
 - participação e apreciação de brincadeiras ensinadas pelos colegas;
 - resolução de situações de conflito por meio do diálogo, com a ajuda do professor;
 - discussão das regras dos jogos;
 - utilização de habilidades em situações de jogo e luta, tendo como referência de avaliação o esforço pessoal;
 - resolução de problemas corporais individualmente.

- Objetivos Específicos de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais correspondentes à 1ª fase do Ensino Fundamental.

“Espera-se que ao final da fase os alunos sejam capazes de:

 - participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de



desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;

- adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, buscando solucionar os conflitos de forma não-violenta;
- conhecer os limites e as possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar algumas de suas atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para manutenção de sua própria saúde;
- conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais;
- organizar jogos, brincadeiras ou outras atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível;
- analisar alguns dos padrões de estética, beleza e saúde presentes no cotidiano, buscando compreender sua inserção no contexto em que são produzidos e criticando aqueles que incentivam o consumismo (Brasil, 1997, p. 71 e 72).

c.2) *10 a 12 anos* – Fase de afirmação do eu-corporal e introdução à cultura ludo-sociomotora.

- Conteúdos propostos pela APAE Educadora:
 - Elementos de estruturação do domínio corporal;
 - Controle da inibição voluntária;
 - Relações ludo-afetivo-sociais com o objeto, com o outro, com o meio e com o grupo;
 - Elementos ludo-cognitivos.
- Conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997, p. 63):
 - Participação em atividades competitivas, respeitando as regras e não discriminando os colegas, suportando pequenas frustrações, evitando atitudes violentas;
 - Observação e análise do desempenho dos colegas, de esportistas, de crianças mais velhas ou mais novas;
 - Expressão de opiniões pessoais quanto a atitudes e estratégias a serem utilizadas em situações de jogos, esportes e lutas;
 - Apreciação de esportes e lutas considerando alguns aspectos técnicos, táticos e estéticos;



- Reflexão e avaliação de seu próprio desempenho e dos demais, tendo como referência o esforço em si, prescindindo, em alguns casos, do auxílio do professor;
- Resolução de problemas corporais individualmente e em grupos;
- Participação na execução e criação de coreografias simples;
- Participação em danças pertencentes a manifestações culturais da coletividade ou de outras localidades, que estejam presentes no cotidiano;
- Apreciação e valorização de danças pertencentes à localidade;
- Valorização das danças como expressões da cultura, sem discriminações por razões culturais, sociais ou de gênero;
- Acompanhamento de uma dada estrutura rítmica com diferentes partes do corpo, em coordenação;
- Participação em atividades rítmicas e expressivas;
- Análise de alguns movimentos e posturas do cotidiano a partir de elementos socioculturais e biomecânicos;
- Percepção do próprio corpo e busca de posturas e movimentos não-prejudiciais nas situações do cotidiano;
- Utilização de habilidades motoras nas lutas, jogos e danças;
- Desenvolvimento de capacidades físicas dentro de lutas, jogos e danças, percebendo limites e possibilidades;
- Diferenciação de situações de esforço aeróbico, anaeróbico e repouso;
- Reconhecimento de alterações corporais, mediante a percepção do próprio corpo, provocadas pelo esforço físico, tais como excesso de excitação, cansaço, elevação de batimentos cardíacos, efetuando um controle dessas sensações de forma autônoma e com o auxílio do professor.

9.2. Escolarização e Profissionalização – Fase III

De acordo com a proposta APAE Educadora, o Ensino Fundamental compreende também a Fase III e desenvolve seus objetivos e conteúdos de Educação Física por meio dos seguintes programas: Escolarização de Jovens e Adultos, Formação Profissional e Programas Pedagógicos Específicos.

Os programas desta fase destinam-se aos educandos com idade superior a 14 anos, com defasagem nas áreas cognitiva, emocional e social e que, por conseguinte, não foram legíveis para o encaminhamento para o ensino regular, necessitando naquele momento, permanecer na Escola da APAE para continuidade do desenvolvimento de sua escolarização e iniciação, qualificação, e inserção no mundo do trabalho.

Tais programas objetivam a garantia da oferta de conteúdos do Ensino Fundamental por meio de adaptações curriculares ou currículo funcional visando à



conclusão da escolarização em nível do 1º e 2º ciclo do Ensino Fundamental com certificação específica.

O atendimento em Educação Física na Fase III da APAE Educadora contempla os objetivos e conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais correspondentes ao 3º e 4º ciclo do Ensino Fundamental, e os objetivos do Ensino Médio, também contemplados nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, que propõem que os alunos sejam capazes de:

- “Participar de atividades de natureza relacional, reconhecendo e respeitando suas características físicas e de desempenho motor, bem como a de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais. Apropriar-se de processos de aperfeiçoamento das capacidades físicas, das habilidades motoras próprias das situações relacionais, aplicando-os com discernimento em situações-problema que surjam no cotidiano;
- Adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade na prática dos jogos, lutas e dos esportes, buscando encaminhar os conflitos de forma não-violenta, pelo diálogo, e prescindindo da figura do árbitro. Saber diferenciar os contextos amador, recreativo, escolar e o profissional, reconhecendo e evitando o caráter excessivamente competitivo em quaisquer desses contextos;
- Conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal, adotando uma postura despojada de preconceitos ou discriminações por razões sociais, sexuais ou culturais. Reconhecer e valorizar as diferenças de desempenho, linguagem e expressividade decorrentes, dessas mesmas diferenças culturais, sexuais e sociais. Relacionar a diversidade de manifestações da cultura corporal de seu ambiente e de outros, com o contexto em que são produzidas e valorizadas;
- Aprofundar-se no conhecimento dos limites e das possibilidades do próprio corpo, de forma a poder controlar algumas de suas posturas e atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para melhoria de suas aptidões físicas. Aprofundar as noções conceituais de esforço, intensidade de frequência por meio do planejamento e sistematização de suas práticas corporais. Buscar informações para seu aprofundamento teórico de forma a construir e adaptar alguns sistemas de melhoria de sua aptidão física;
- Organizar e praticar atividades corporais, valorizando-as como recurso para usufruto do tempo disponível, bem como ter a capacidade de alterar ou interferir nas regras convencionais, com o intuito de torná-las mais adequadas ao momento do grupo, favorecendo a inclusão dos praticantes. Analisar, compreender e manipular os elementos que compõem as regras como instrumentos de criação e transformação;
- Analisar alguns dos padrões de beleza, saúde e desempenho presentes no cotidiano, e compreender sua inserção no contexto sociocultural em que são produzidos, despertando para o senso crítico e relacionando-os com as práticas da cultura corporal de movimentos;



- Conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promoção de atividades corporais e de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão, em busca de uma melhor qualidade de vida” (Brasil, 1998, p. 89, 90).
- “Oportunizar o acesso e a participação efetiva de todos os alunos nas atividades inerentes à Educação Física Escolar, considerando o processo de valorização e preservação do homem em todas as suas dimensões e do meio ambiente;
- Favorecer a construção de valores e atitudes fundamentados na cooperação e na solidariedade;
- Favorecer o desenvolvimento e a valorização da ludicidade como elemento constitutivo da natureza humana;
- Estimular o desenvolvimento da criatividade e a formação do pensamento crítico de todos os alunos, mediante a sua participação no processo de planejamento, realização e avaliação das atividades.
- Possibilitar a interação entre todos os alunos como um dos principais elementos na construção da linguagem;
- Permitir a compreensão sobre a natureza e a importância da corporeidade, como meio de acesso e interferência no mundo vivido” (GDF, 2000, p. 90).

Com relação ao desenvolvimento psicomotor, a partir dos 12 anos de idade, o indivíduo entra na fase sociomotora, que apresenta as seguintes características:

- Aprimoramento dos sistemas da fase anterior.
- Desenvolvimento dos sistemas cinestésico-simbólico e áudio-simbólico.

A execução de habilidades específicas é melhorada e já há uma maior diversificação e aprimoramento de movimentos culturalmente determinados, sendo que o indivíduo já é corporalmente capaz de ampliar seu universo de experiências, expandir seu conhecimento e compreensão das relações significativas do corpo.

a) Conteúdos a serem trabalhados

a.1) *A partir dos 12 anos* (Fase de ampliação e especificação da expressão da cultura ludo-sociomotora)

- Conteúdos propostos pela APAE Educadora:
 - Elementos do domínio corporal;
 - Relações ludo-afetivo-sociais com o objeto, com o outro, com o grupo e com o meio social;
 - Elementos ludo-cognitivo-sociais.
- Conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:
 - Conceitos, procedimentos e atitudes;
 - Conhecimento sobre o corpo;



- Esportes, jogos, lutas e ginásticas;
- Atividades rítmicas e expressivas;
- Conhecimentos sobre o corpo;

Obs.: A partir da Fase II da APAE Educadora, a qualquer momento em que o aluno apresentar condições, poderá ser incluído nos programas de iniciação e treinamento desportivo propostos nos Projetos Especiais sem, contudo, deixar de participar das aulas de Educação Física Escolar.



10. AS MÚLTIPLAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DA APAE

Os conteúdos da Educação Física nas Escolas das APAEs podem ser organizados em três blocos: **Conhecimento Corporal – Esportes, Jogos e Ginásticas – Atividades Rítmicas e Expressivas**, que deverão ser distribuídos e desenvolvidos de acordo com o projeto pedagógico, as especificidades e as características dos educandos de cada escola e de cada região.

As atividades deverão ser distribuídas de forma a contemplar a inclusão de todos os alunos, aproveitando as diferenças individuais para troca e enriquecimento de todos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 68) “Os três blocos articulam-se entre si. O bloco Conhecimento Corporal tem conteúdos que estão incluídos nos demais, mas que também podem ser abordados e tratados em separado. Os outros dois guardam características próprias e mais específicas, mas também têm inserções e fazem articulações entre si.”

Deve-se levar em conta o prazer e a satisfação do aluno na participação das atividades, buscando apresentar propostas lúdicas, recreativas e significativas para o mesmo. A Educação Física torna-se assim, um dos meios de educação para o lazer e para a ocupação do tempo livre de maneira consciente, crítica e criativa.

10.1. Conhecimento Corporal

Este tópico aborda os conhecimentos e conquistas individuais referentes às práticas corporais que dão recursos para o indivíduo gerenciar sua atividade corporal e suas relações com ele mesmo, com os outros e com o meio, de forma autônoma, crítica e criativa.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 75) propõem os seguintes conceitos e procedimentos:

- “Identificação das capacidades físicas básicas.
- Compreensão dos aspectos relacionados com a boa postura.
- Compreensão das relações entre a capacidade física e as práticas da cultura corporal de movimento.
- Compreensão das técnicas de desenvolvimento e manutenção de capacidades físicas básicas.
- Vivência de diferentes formas de desenvolvimento das capacidades físicas básicas.



- Identificação das funções orgânicas relacionadas às atividades motoras.
- Vivências corporais que ampliem a percepção do corpo sensível e do corpo emotivo.
- Conhecimento dos efeitos que a atividade física exerce sobre o organismo e a saúde.
- Compreensão dos mecanismos e fatores que facilitam a aprendizagem motora.
- Compreensão dos fatores fisiológicos que incidem sobre as características da motricidade masculina e feminina.”

Além disso, deve-se observar a importância da aquisição e desenvolvimento de hábitos e atitudes saudáveis para melhor qualidade de vida. Devem ser levados em consideração ainda a educação sexual e o desenvolvimento de hábitos de higiene.

Visando trabalhar esses aspectos, foram descritas algumas características do desenvolvimento psicomotor e do esquema corporal da criança. Conhecer esses aspectos sabendo o que trabalhar em cada momento é de fundamental importância. Mas, deve-se levar em conta que o desenvolvimento humano é uma construção progressiva e dinâmica, influenciada por fatores orgânicos e por fatores sociais. Esse desenvolvimento implica transformações contínuas que ocorrem por meio da interação dos indivíduos entre si e com o meio em que vivem, estendendo-se por toda a vida.

O desenvolvimento humano não é homogêneo quanto ao seu tempo de duração. A duração de cada estágio e as idades a que se referem são variáveis de acordo com características individuais e as condições de vida de cada um. Por isso, deve-se analisar e trabalhar com a criança na fase em ela se encontra, independentemente de sua idade, buscando o seu desenvolvimento global.

Foram ainda apresentados alguns aspectos que devem fazer parte dos conteúdos em cada fase do desenvolvimento, mas isso não significa que na mudança de fase da criança deva-se desprezar os conteúdos da fase anterior: devem ser explorados de maneira mais complexa e acrescidos os novos conteúdos.

Abaixo, relacionam-se os elementos psicomotores que formam o esquema corporal, retirado do livro *Introdução à Educação Psicomotora – A Vez e a Voz do Corpo na Escola* (Boato, 1996), com aspectos de seu desenvolvimento, visando ao conhecimento de sua estrutura, para que possa haver maior facilidade no trabalho de estruturação dos mesmos.

Esquema corporal, nessa proposta, é entendido como:

“Uma intuição de conjunto ou um conhecimento imediato que temos de nosso corpo estático ou em movimento, na relação de suas diferentes partes entre si, e sobretudo nas relações com o espaço e com os objetos que o circundam.”

(Le Boulch, 1983, p.37)

O conceito de esquema corporal envolve o conhecimento do corpo e suas partes, o conhecimento da localização e relação dessas partes entre si e no espaço



em posição estática ou em movimento, o conhecimento das funções dessas partes e o conseguir manipular e usar o corpo para um bom relacionamento com o meio. A estruturação do mesmo exerce papel fundamental no desenvolvimento da criança, pois se torna ponto de partida para suas diversas possibilidades de ação perante o mundo.

A aquisição e a definição de um bom esquema corporal estão diretamente ligadas ao número e qualidade das experiências psicomotoras vivenciadas pelo indivíduo e, portanto, uma criança que vive num ambiente propiciador das mais variadas e ricas oportunidades de vivências tende a relacionar-se de maneira mais intensa e prazerosa consigo e com o meio.

Considerado por Le Boulch como uma estrutura estruturante, o esquema corporal passa por uma sucessão de estados de equilíbrio durante as etapas de desenvolvimento da criança e expressa o nível de organização alcançado pelas diferentes funções psicomotoras.

É necessário acompanhar de perto essas etapas para que se possa adaptar as atividades ou vivências às necessidades e capacidades da criança. As fases do desenvolvimento do esquema corporal e características das mesmas foram descritas anteriormente neste trabalho.

Descreveremos a seguir as funções psicomotoras que contribuem para a formação e desenvolvimento do esquema corporal:

a) Coordenação Dinâmica Geral (coordenação motora)

É a colocação em ação simultânea de grupos musculares diferentes, com vistas à execução de movimentos amplos e voluntários mais ou menos complexos.

A Coordenação Dinâmica Geral implica o envolvimento das diversas partes corporais (tronco, braços, pernas) agindo coordenadamente num tempo e num espaço durante a execução de uma tarefa.

Defontaine, citado por Negrine (1987, p. 42) diz que a coordenação motora é a “união de movimentos harmônicos, que supõem a integridade e a maturação do sistema nervoso”. Essa afirmação enfatiza um aspecto importante no estudo da coordenação motora, pois mostra como a maturação do sistema nervoso influencia diretamente o desenvolvimento das funções psicomotoras. Compreender a relação da coordenação motora com o desenvolvimento do esquema corporal se torna fundamental para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem, pois o grau de complexidade das tarefas planejadas devem estar condizentes com o nível de maturação das crianças. Por exemplo: uma criança de três anos não apresenta maturidade para aprender a técnica de um nado como o “nado de costas”.

Le Boulch (1983, p. 65) afirma que os exercícios de coordenação global “consistem em colocar a criança em situação de busca diante de uma tarefa global e, por meio disso, encontrar um modo-resposta por meio de ajustamentos progressivos, permitindo assim a descoberta de uma nova praxia” (sistema de movimentos coordenados em função de um objetivo a ser atingido).



b) Coordenação Viso-motora

Encontramos essa função em atividades que envolvem a coordenação da visão com qualquer segmento corporal. Por exemplo: arremessar a bola num determinado alvo (coordenação óculo-manual), chutar uma bola em direção ao gol (coordenação óculo-pedal).

Segundo Costalt, citado por Negrine (1987, p. 29), a coordenação viso-motora é um tipo de coordenação que se dá em um movimento corporal, que responde a um estímulo visual e se ajusta positivamente a ele.

A importância da visão é inquestionável, visto que por meio dela o indivíduo recebe as informações do meio com mais precisão e elabora melhor sua expressão.

Quando se trabalha essa função nas aulas, é fundamental que a criança tenha a oportunidade de vivenciar outras possibilidades de movimentos além da utilização apenas das mãos e dos pés. Por exemplo: questionar as crianças sobre como elas poderiam conduzir ou rebater objetos para um determinado alvo sem a utilização dos pés e das mãos.

c) Motricidade Fina

É o trabalho que exige maior precisão e consciência de movimentos que se apóia na coordenação dinâmica geral.

Os trabalhos realizados com as mãos vão auxiliar diretamente na aprendizagem da escrita, mas eles não devem se iniciar com exercícios de grande precisão. Exercícios que envolvam habilidades como pegar, arremessar, quadrupediar, trepar vão auxiliar no desenvolvimento da tonicidade da musculatura e vêm preceder os pequenos movimentos.

O desenho e o grafismo tem grande importância no desenvolvimento dessa função, pois além de auxiliar na aprendizagem da escrita também auxilia na relação do indivíduo com o meio, pois ele pode representar sua visão da realidade e através disso transformá-la.

“A representação torna possíveis novas relações entre os objetos e o homem. Ausentes, ela os torna presentes ao espírito; presentes ou ausentes, ela possibilita outras relações além da experiência rude individual.”

Le Boulch (1992, p. 32)

Alguns exercícios simples podem ser feitos por crianças de 2-3-4 anos e vão ajudá-las no desenvolvimento da motricidade fina das mãos: lavar as próprias mãos, vestir a roupa, calçar e amarrar os sapatos, abotoar camisas, gestos relativos à alimentação etc.

d) Lateralidade

Por meio da plena vivência das potencialidades dos dois lados do corpo, estabelece-se na criança a dominância de um dos lados em relação ao outro. Inclui-se a essa dominância também os sentidos. Quando se pede para uma criança olhar através de uma câmara fotográfica ou de um buraco de fechadura e ela sempre olha repetidas vezes com o mesmo olho (direito, por exemplo) possivelmente este é o olho dominante.



A dominância lateral se define ao longo do crescimento e está condicionada a fatores genéticos, além de receber a influência de hábitos sociais.

“Não devemos confundir lateralidade (dominância de um lado em relação ao outro) e conhecimento direita/esquerda (dominância dos conceitos “direita” e “esquerda”). O conhecimento direita/esquerda decorre da noção de dominância lateral. É a generalização da percepção do eixo corporal a tudo que cerca a criança; esse conhecimento será mais facilmente aprendido quanto mais acentuada e homogênea for a lateralidade da criança”.

De Meur & Staes (1984, p. 12)

Nas atividades desenvolvidas deve-se dar ênfase, inicialmente, à intensidade do trabalho dos dois lados do corpo sem se associar os termos “direita” e “esquerda”. Depois de se explorar o próprio corpo, deve-se associar os conceitos e buscar outras referências além do corpo.

A definição da dominância lateral começa por volta dos 2 anos de idade, mas “a diferenciação direita-esquerda, que decorre da assimetria direita-esquerda, e constitui uma primeira etapa na orientação espacial, é precedida pela distinção à frente-atrás, e contemporânea da conscientização do eixo do corpo (6 anos)” (Coste, 1992, p. 60).

A partir dos 7 anos a criança já consegue descentralizar os conceitos direita-esquerda e projetá-los em outros, mas só por volta de 9-10 anos essa descentralização é completa. A criança passa então a dominar os conceitos em relação a ela mesma e a outros independentemente de sua situação.

e) Equilíbrio

Segundo o Dicionário de Psicomotricidade, o equilíbrio se constitui pela:

“habilidade da criança de manter o controle do corpo, utilizando ambos os lados simultaneamente, um lado só, ou ambos alternadamente. O equilíbrio se mantém pela interação de certo número de estruturas neuro-fisiológicas, sentidos e vias como a visão, a excitação labiríntica e vestibular dos reflexos do pescoço, as sensações táteis e proprioceptivas.”

Hurtado (1991, p. 50)

Além de conhecer os mecanismos anátomo-fisiológicos responsáveis pela função de equilíbrio, deve-se estar atento também a aspectos psicológicos que afetam a criança durante a execução de determinados exercícios. Reações de medo e insegurança são geralmente manifestadas pelas crianças durante atividades que envolvem vivências de equilíbrio. Deve-se portanto estar atento com respeito às variantes que interferem na execução do movimento corporal humano (ver elemento “Tônus da Postura”).

f) Estruturação Espaço-temporal

Não há como dissociar o tempo do espaço. O tempo está intrinsecamente associado ao espaço, pois as ações acontecem num determinado tempo e num determinado espaço.



A percepção do tempo é mais complexa do que a do espaço, e aparece mais tardiamente na criança, na medida em que ela vai vivenciando experiências concretas com seu meio circundante. A partir dessas experiências ela vai adquirindo certas noções, tais como: a sucessão dos acontecimentos (antes/durante/depois); a duração dos intervalos (tempo longo/tempo curto); noção de cadência rápida e cadência lenta; noções de ritmo regular e irregular.

Le Boulch (1983, p. 207) alerta que antes de chegar ao nível de se trabalhar a estruturação espacial (por volta dos 7/8 anos), é preciso que questões relativas à orientação espacial (fase que precede a estruturação espacial) estejam inteiramente dominadas e que não apresentem mais problemas no nível vivido.

Segundo Coste (1992, p. 52), a estruturação da organização espacial e da organização temporal permite ao indivíduo não só concatenar e seqüenciar os gestos, localizar seu corpo e partes no espaço, coordenar e organizar suas atividades, mas é também de suma importância para a adaptação do indivíduo ao meio. Quando se trabalha essa função psicomotora, deve-se procurar evidenciar as noções descritas acima, por meio da própria vivência concreta das crianças durante as atividades. Importante trabalhar nessa fase com vivências que facilitem a compreensão de conceitos como alto-baixo, perto-longe, em cima/embaixo, frente-atrás, dentro-fora, sobre-sob.

Para o bom desenvolvimento dessa função a criança deverá vivenciar experiências que propiciem o domínio de tempo, de espaço, de lateralidade e alcançar um bom nível de estruturação do esquema corporal. Para tanto, os professores devem elaborar e desenvolver atividades que envolvam muita experiência corporal com e sem materiais e procurar sempre relacionar os conceitos com as situações vivenciadas.

g) Ritmo

O ritmo é um fenômeno espontâneo. Os bebês já produzem alternância regular de sons e gestos ainda no berço. O ritmo também é individual. Cada pessoa traz consigo um ritmo próprio que começa pelos ritmos internos (respiração, batimentos cardíacos).

Apesar de espontâneos, os ritmos precisam ser organizados pois são parte efetiva do desenvolvimento psicomotor da criança. Ela organiza seus ritmos aos poucos, por meio de experiências sucessivas, na exploração de suas possibilidades.

Quando se fala nessa organização, não se quer dizer que se trata de ensinar o ritmo à criança mas, segundo Lapierre (1985, p. 180), de favorecer sua aptidão natural para criar ritmos, para adaptar-se aos ritmos. Só num segundo momento, partindo de ritmos espontâneos, é que se pode levar a criança a tomar consciência das estruturas rítmicas.

Não podemos nos esquecer que existem, conforme afirma Lapierre (1985, p. 191) dois aspectos diferentes nos ritmos corporais e musicais: o aspecto analítico, racional e o aspecto afetivo, emocional.

O segundo aspecto provoca sentimentos, emoções, e está relacionado à afetividade e não pode ser negligenciado. É ele quem conduz à expressão corporal.



Existem ritmos alegres, tristes, excitantes, calmantes etc., que provocam reações afetivas nas crianças, reações que devem ser expressas livremente, pois partem de gestos naturais e espontâneos.

h) Tônus da postura

“É uma tensão dos músculos, pela qual as partes do corpo são corretamente mantidas e que se opõe às modificações passivas dessas posições” (Rademaker).

“A atividade fundamental primitiva e permanente do músculo é a contração tônica que constitui o alicerce das atividades motoras e posturais, fixando a atitude, preparando o movimento, sustentando o gesto, mantendo a estática e o equilíbrio.” (Le Boulch, 1992, p. 163)

O tônus muscular é o suporte de todo movimento humano e é constituído por duas instâncias inseparáveis: a função tônica e a função de motilidade. A função tônica é responsável pelo equilíbrio do corpo e pelas atitudes que embasam a ação corporal. A função de motilidade é responsável pelos movimentos, pela relação com o mundo. É ela que permite à criança todo o conhecimento.

Essas duas funções estão estreitamente interligadas, sendo que a função de motilidade só atua se a função tônica permitir, sendo portanto interdependentes.

Em todo movimento voluntário, existe uma contração tônica que garante a postura necessária para sua execução (função de motilidade). A essa contração se sobrepõe uma contração fásica que deve ser de curta duração e bem precisa (função tônica).

O tônus expressa as emoções, estando diretamente ligado a elas, ou seja, por meio do tônus as emoções se manifestam e daí a importância de uma relação honesta e sincera dentro das atividades psicomotoras, para que haja assim melhores condições de aprendizagem e crescimento. Um indivíduo bem estimulado e que viva num ambiente proporcionador de satisfação e prazer, certamente terá melhores condições de se expressar corporalmente que um outro indivíduo que trabalhe e viva num ambiente tenso e autoritário. Este segundo dificilmente terá condições de se expressar e viver intensamente, estando sempre dependente do desejo dos outros.

“O que mais freqüentemente bloqueia a evolução da criança é a sua dependência, consciente ou inconsciente do desejo do adulto: dependência passiva (submissão) ou dependência agressiva (oposição). Quando a criança reencontra a dinâmica de seu próprio desejo sua evolução é muito rápida.”

(Aucouturier e Lapierre, 1986, p. 28)

Em resumo, um indivíduo, ao executar um determinado movimento é influenciado pelas suas emoções no momento da execução, ou seja, seu sentimento de medo, nervosismo, alegria, tensão ou qualquer outro será informado pela função tônica à função de motilidade e influenciará diretamente o movimento. Movimentos bloqueados, desenvolvimento emperrado. Movimentos liberados, vivências facilitadas.

É importante considerar que observando as funções psicomotoras de forma separada como foram expostas, tem-se a impressão de que se deve trabalhá-las separadamente visando à estruturação do esquema corporal. Alguns educadores



trabalham essas funções de maneira mecânica, atentando em sua prática apenas para os movimentos observáveis que dizem respeito a essa ou àquela função. Por exemplo: quando oportunizam o trabalho de lateralidade, direcionam a forma de execução e fazem a análise do exercício apenas sob a perspectiva da lateralidade; não é feita uma análise mais geral, envolvendo as outras funções.

As funções foram expostas separadamente neste documento para que se possa entendê-las, mas na prática psicomotora torna-se impossível separá-las pois, considerando o indivíduo como um ser único e indivisível, toda e qualquer atividade, vivência ou experiência psicomotora vai incidir sobre todos os fundamentos ao mesmo tempo.

10.2. Esportes, Jogos e Ginástica

Por esporte se entende as atividades com regras oficiais visando a competições e envolvendo equipamentos e materiais específicos para ser realizado. Os jogos são mais flexíveis, podendo ser adaptados aos espaços, materiais e condições específicas de cada situação. Os jogos têm flexibilidade na criação e modificação das regras, podendo contar com a participação dos próprios alunos nesse processo. Já a ginástica tem um caráter individualizado com funções diversas. Pode ser para relaxamento, preparação para modalidades esportivas, recuperação de deficiências ou doenças, recreação, competição e de convívio social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 76) propõem os seguintes conceitos e procedimentos para o desenvolvimento desses tópicos na escola:

- “Compreensão dos aspectos histórico-sociais relacionados aos jogos, aos esportes e às ginásticas.
- Participação em jogos e esportes dentro do contexto escolar de forma recreativa.
- Vivência de jogos cooperativos.
- Desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras por meio das práticas da cultura corporal de movimento.
- Compreensão e vivência dos aspectos relacionados à repetição e à qualidade do movimento na aprendizagem do gesto esportivo.
- Aquisição e aperfeiçoamento de habilidades específicas a jogos, esportes e ginásticas.
- Compreensão e vivência dos aspectos técnicos e táticos do esporte no contexto escolar.
- Desenvolvimento da capacidade de adaptar espaços e materiais na criação de jogos.
- Desenvolvimento da capacidade de adaptar espaços e materiais para realizar esportes simultâneos, envolvendo diferentes objetos de aprendizagem.
- Vivência de esportes individuais dentro de contextos participativos e competitivos.
- Vivência de esportes coletivos dentro de contextos participativos e competitivos.



- Vivência de variados papéis assumidos no contexto esportivo (goleiro, defesa, atacante, técnico, torcedor, juiz).
- Participação na organização de campeonatos, gincanas, excursões e acampamentos dentro do contexto escolar.
- Compreensão das diferentes técnicas de ginásticas relacionadas com diferentes contextos histórico-culturais e com seus objetos específicos.
- Compreensão e vivência dos aspectos de quantidade e qualidade relacionados aos movimentos ginásticos.”

10.3. Atividades Rítmicas e Expressivas

Este tópico diz respeito às atividades que têm por finalidade a expressão e comunicação por meio de gestos e na presença de ritmos, sons e da música na construção da expressão corporal, como danças, mímicas e brincadeiras cantadas. Deve-se levar em consideração, para desenvolvimento das atividades, as características, o folclore e as danças de cada região, do país e do mundo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 77) propõem os seguintes conceitos e procedimentos para essas atividades:

- “Compreensão dos aspectos histórico-sociais das danças.
- Percepção do ritmo pessoal.
- Percepção do ritmo grupal.
- Desenvolvimento da noção espaço/tempo vinculada ao estímulo musical e ao silêncio com relação a si mesmo e ao outro.
- Exploração de gestos e códigos de outros movimentos corporais não abordados nos outros blocos.
- Compreensão do processo expressivo partindo do código individual de cada um para o coletivo (mímicas individuais, representações de cenas do cotidiano em grupo, danças individuais, pequenos desenhos coreográficos em grupo).
- Percepção dos limites corporais na vivência dos movimentos rítmicos e expressivos.
- Predisposição a superar seus próprios limites nas vivências rítmicas e expressivas.
- Vivências das danças folclóricas e regionais, compreendendo seus contextos de manifestação (carnaval, escola de samba e seus integrantes, frevo, capoeira, bumba-meu-boi etc.).
- Reconhecimento e apropriação dos princípios básicos para construção de desenhos coreográficos e coreografias simples.
- Vivência da aplicação dos princípios básicos na construção de desenhos coreográficos.
- Vivência das manifestações das danças urbanas mais emergentes e compreensão do seu contexto originário.
- Vivência das danças populares regionais, nacionais e internacionais e compreensão do seu contexto originário.
- Vivência das danças populares regionais, nacionais e internacionais e compreensão do contexto sociocultural onde se desenvolvem.”

11. EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER: PROJETOS ESPECIAIS

Os Projetos Especiais compreendem Educação Física, Desporto e Lazer e visam oferecer uma prática regular, adaptada e orientada às Pessoas Portadoras de Deficiência inseridas, ou não, nos programas escolares proposto pela APAE Educadora. Esses programas buscam uma educação para a saúde com ocupação saudável do tempo livre e de lazer, com o desenvolvimento de habilidades e competências em práticas e modalidades esportivas, competitivas e recreativas, além de favorecer condições para aquisição de conhecimentos e atitudes favoráveis para a consolidação de hábitos sistemáticos da prática de atividades físicas que levem a uma vida com qualidade e saúde.

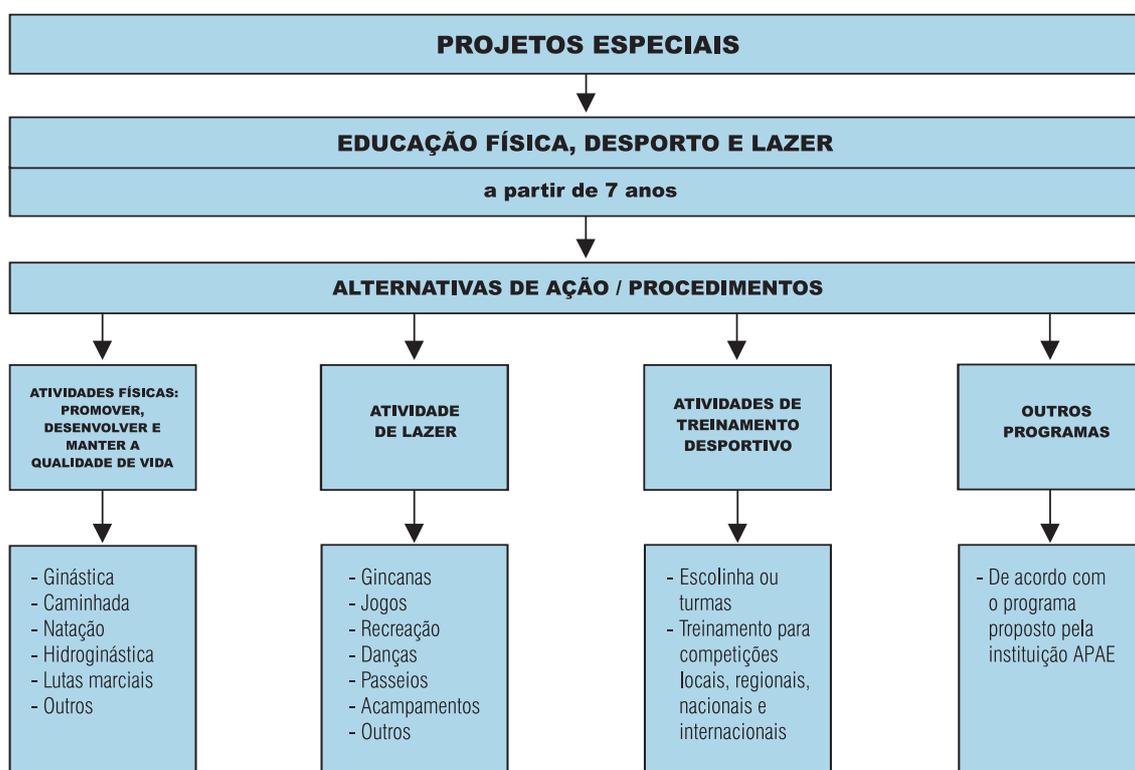


Figura 3 – Estrutura da Proposta Educação Física, Desporto e Lazer – Projetos Especiais

Os programas de Educação Física, Desporto e Lazer compreendem as ações abaixo descritas:



1. EDUCAÇÃO FÍSICA

Esse programa visa à conscientização, aquisição e manutenção de hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida. Dentro desse programa poderão ser oferecidas atividades físicas regulares, adaptadas e orientadas para as pessoas portadoras de deficiência, como:

- caminhadas,
- ginástica,
- natação,
- hidroginástica,
- outras atividades afins.

2. LAZER

Por lazer, entende-se o “conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (Dumazedier, citado por Marcellino, 1995, p. 25).

Além de oferecer atividades de lazer, os programas devem enfatizar o desenvolvimento de condições e atitudes para a ocupação consciente do tempo livre, com possibilidade de livre escolha das atividades, para que este seja entendido não como prêmio a ser recebido após cumprir as obrigações do dia, mas como direito inerente à vida humana.

Poderão ser oferecidas nesse programa atividades como:

- qualquer modalidade esportiva sem fins competitivos,
- gincanas,
- festivais,
- acampamentos,
- piqueniques,
- bailes,
- passeios,
- caminhadas (ecológicas, na cidade),
- jogos e atividades recreativas,
- outras atividades afins.

As unidades da APAE poderão buscar parcerias com universidades/faculdades, empresas públicas ou privadas, associações, clubes e outras instituições para estruturar suas atividades de lazer.

3. ESPORTO

Nesse programa poderão ser oferecidas atividades de iniciação e treinamento desportivo visando competições locais, regionais, nacionais e internacionais.



Poderão ser oferecidas todas as modalidades esportivas. É importante frisar que para participar de competições os alunos deverão passar por um período prévio de treinamento e que, para participar de treinamentos, os alunos deverão apresentar condições físicas e emocionais favoráveis.

Os treinamentos desportivos deverão ser oferecidos, no mínimo, duas vezes por semana e, caso o aluno faça parte de algum programa da APAE Educadora, deverá continuar a participar das aulas de Educação Física Escolar oferecidas por ela.

As unidades da APAE poderão buscar parcerias com universidades/faculdades, empresas públicas ou privadas, associações, clubes e outras instituições para montar e estruturar suas atividades de treinamento esportivo.

OUTROS PROGRAMAS

Poderão ser organizados outros programas e/ou atividades físicas, desportivas e/ou recreativas, que estejam de acordo com as necessidades das demandas, objetivos e princípios da área, a filosofia do Movimento Apaeano assim como as possibilidades da instituição mantenedora.



AVALIAÇÃO

A avaliação nesta proposta será entendida como um dos instrumentos norteadores do processo ensino-aprendizagem que deve ser aplicado ao aluno e ao professor, visando fornecer dados importantes para o ajustamento das ações educativas e possibilitando a tomada de decisões quanto à continuidade do previamente planejado ou da necessidade de alterações, para que sejam alcançados objetivos dentro do programa de Educação Física.

A avaliação que está sendo proposta para a educação física escolar da escola da APAE é:

- Contínua: é permanente no processo de aprendizagem do aluno, impulsionando seu desenvolvimento por meio de avanços dificuldades e possibilidades.
- Dinâmica: utiliza diferentes instrumentos na reflexão dos seus resultados e inclui a participação dos alunos, dos pais e de outros profissionais.
- Investigativa: visa levantar e mapear dados para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno e oferecer subsídios para os profissionais refletirem sobre a prática pedagógica que realizam.

Critérios de avaliação propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física (Brasil, 1997, p. 67) para o Ensino Fundamental:

- “Avaliar se o aluno demonstra segurança para experimentar, tentar e arriscar em situações propostas em aula ou em situações cotidianas de aprendizagem corporal;
- avaliar se o aluno participa adequadamente das atividades, respeitando as regras, a organização, com empenho em utilizar os movimentos adequados à atividade proposta;
- avaliar se o aluno reconhece e respeita as diferenças individuais e se participa de atividades com seus colegas, auxiliando aqueles que têm mais dificuldade e aceitando ajuda dos que têm mais competência.”
- “Avaliar se o aluno aceita as limitações impostas pelas situações de jogo, tanto no que se refere às regras quanto no que diz respeito à sua possibilidade de desempenho e à interação com os outros. Espera-se que o aluno tolere pequenas frustrações, seja capaz de colaborar com os colegas, mesmo que estes sejam menos competentes, e participe do jogo com entusiasmo;



- Avaliar se o aluno reconhece que os benefícios para a saúde decorrem da realização de atividades corporais regulares, se tem critérios para avaliar seu próprio avanço e se nota que esse avanço decorre da perseverança;
- Avaliar se o aluno reconhece as formas de expressão de cada cultura como fonte de aprendizagem de diferentes tipos de movimento e expressão. Espera-se também que o aluno tenha uma postura receptiva e não discrimine produções culturais por quaisquer razões.

Critérios de avaliação propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física (Brasil, 1998, p. 101 e 102) no Ensino Médio:

- “Avaliar se o aluno realiza as atividades, agindo de maneira cooperativa, utilizando formas de expressão que favoreçam a integração grupal, adotando atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade. Se o aluno realiza as atividades, reconhecendo e respeitando suas características físicas e de desempenho motor, bem como a de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais. Da mesma forma, se o aluno organiza e pratica atividades da cultura corporal de movimento, demonstrando capacidade de adaptá-las, com o intuito de torná-las mais adequadas ao momento do grupo, favorecendo a inclusão de todos;
- Avaliar se o aluno conhece, aprecia e desfruta de algumas das diferentes manifestações da cultura corporal de movimento do seu ambiente e de outros, relacionando-as com o contexto em que são produzidas, e percebendo-as como recurso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais. Se reconhece nas atividades corporais e de lazer, uma necessidade do ser humano e um direito do cidadão;
- Avaliar se o aluno consegue aprofundar-se no conhecimento dos limites e das possibilidades do próprio corpo de forma a poder controlar algumas de suas posturas e atividades corporais com autonomia e a valorizá-las como recurso para melhoria de sua aptidão física. Se ele integra a dimensão emocional e sensível do corpo à cultura corporal de movimento, ampliando sua compreensão de saúde e bem-estar. Como o aluno se apropria de informações e experiências da cultura corporal de movimento, e de que modo estabelece relações entre esses conhecimentos no plano dos procedimentos, conceitos, valores e atitudes, tendo em vista a promoção da saúde e a qualidade de vida.”

É imprescindível que o professor participe do processo de avaliação diagnóstica interdisciplinar e que efetue avaliações bimestrais com participação no conselho de classe das escolas ou outras formas de avaliação que a escola dispuser. No conselho de classe, o professor de Educação Física deve contribuir com informações e dados para subsidiar o processo avaliativo da equipe interdisciplinar.

Na avaliação diagnóstica, deve-se observar as limitações anátomo-fisiológicas dos alunos em decorrência de deficiências físicas causadas por lesão cerebral, lesão medular, amputações ou má formações congênitas, a morfologia da



coluna (escoliose, cifose, lordose, etc.), a instabilidade atlanto-axial na pessoa com *Síndrome de Down*, o uso de válvula para hidrocefálico, os problemas cardíacos, respiratórios, circulatórios ou outros fatores de ordem patológica que limitem ou impeçam determinados movimentos.

Na avaliação bimestral, o profissional deve observar e registrar o desenvolvimento das habilidades, mudanças de procedimentos, atitudes, relacionamentos psicossociais, visando a constante revisão do processo educacional.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta, que tem como finalidade servir de parâmetro aos professores de Educação Física que atuam nas escolas de Educação Especial da APAE, é fruto de discussões com profissionais, coordenadores e áreas afins do Movimento Apaeano.

Concluimos que este documento é apenas o ponto de partida para um trabalho sistematizado dentro do Currículo de Educação Física e deve estar continuamente sendo reformulado com novas propostas, de acordo com o desenvolvimento da Educação Brasileira.

O nosso objetivo é que esta proposta seja aplicada nas escolas especiais e difundida no meio acadêmico, fomentando a discussão sobre a Educação Especial e a valorização das atividades físicas, desportivas e de lazer para as pessoas portadoras de deficiência, pois elas são, antes de tudo, cidadãs.

“Diante da boa comida e da boa bebida nossa boca se enche de saliva. Não somos o cão de Pavlov mas temos o direito de saborear, fomos feitos com o paladar justamente para esse fim. O aluno precisa ter a oportunidade de saborear cada conteúdo que estuda e cada experiência que vivencia. Devemos recriar o sabor do estudar e o sabor do aprender.”

(Werneck, 1998, p. 45)



BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Paulo Ferreira de. *Desporto adaptado no Brasil*: origem, institucionalização e modernidade. Brasília: MEC/INDESP, 1998.
- AUCOUTURIER, B, LAPIERRE, A. Bruno: *Psicomotricidade e terapia*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1986.
- BOATO, Elvio Marcos. *Introdução à educação psicomotora – a vez e a voz do corpo na escola*. Brasília : ASEFE, 1996.
- BRASIL. A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília : Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações – Câmara dos Deputados, 1999.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação Física). Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília : CORDE, 1994.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília : MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Educação Física, 5ª a 8ª séries. Brasília : MEC/SEF, 1998.
- CANTARINO FILHO, Mário. *Educação física no Estado Novo*: história e doutrina. Brasília : UnB, 1982 (Dissertação de Mestrado).
- CARMO, Apolônio A. do. *Deficiência física*: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. Brasília: Secretaria de Desportos, 1991.
- COSTE, Jean-Claude. *A psicomotricidade*. 4.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1982.
- DE MEUR, A., STAES, L. *Psicomotricidade*: educação e reeducação. São Paulo : Manole, 1991.
- FIEP. O Manifesto Mundial da Educação Física. Muzambinho: Escola Superior de Educação Física de Muzambinho – Notícias, 2000. <http://www.efmuzambinho.org.br/noticias/manifiep.htm>.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. *Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal*: Ensino Médio. Brasília : FEDF, 2000.



HURTADO, Johann G.G.M. *Dicionário de psicomotricidade*. Porto Alegre : PRODIL, 1991.

LA PIERRE, A., AUCOUTURIER, Bernard. *Associações de contrastes: estruturas e ritmos*. São Paulo : Manole, 1985.

LE BOUCHE, Jean. *A Educação pelo movimento : a psicocinética na idade escolar*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1983.

LE BOUCHE, Jean. *O desenvolvimento psicomotor : do nascimento até 6 anos*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1992.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e humanização*. Campinas : Papyrus, 1995.

NEGRINE, Airton. *Coordenação Psicomotora e suas implicações*. Porto Alegre : Presença, 1987.

VAGO, Tarcísio Mauro Vago, Sousa, Estáquia Salvadora de. *A nova LDB : repercussões no ensino da educação física*. *Revista Dimensão Pedagógica*. São Paulo, ago./set. 1997.



A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA

O presente documento é resultado de conclusões de encontros, grupos de trabalho, reuniões, com a participação de professores de educação física que atuam nas APAEs, consultores, coordenadores das diferentes instâncias do Movimento Apaeano, que, em um esforço comum, socializaram suas experiências e conhecimentos para a construção de uma proposta que estabelecesse parâmetros nacionais para a organização das ações na área de Educação Física, Desporto e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência atendidas pelas APAEs.

Equipe de discussão e construção da proposta preliminar

José César Sagrilo – *Coordenador Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer*
Esaú Bezerra Júnior/CE
Ieda Maria Piva/SC
Ieda Mayumi Sabino Kawashita/MG

Equipe de análise da proposta preliminar e contribuições

Adilson P. Maia – *Coordenador de Educação Física – ES*
Andréa Rodrigues Portugal – *Coordenadora de Educação Física – RJ*
Antônio Lopes Ribeiro – *Coordenador de Educação Física – BA*
Belmiro Barriviera – *Coordenador de Educação Física – RO*
Carlos Alberto Martinho Brayner – *Coordenador de Educação Física – PA*
Cleotemberg Barros Gama – *Coordenador de Educação Física – AM*
Denis Ricardo Souza Jesus – *Coordenador de Educação Física – MS*
Eder José de Queiroz – *Coordenador de Educação Física – GO*
Edson Luiz Martinussi – *Coordenador de Educação Física – PA*
Edvânia Albuquerque Feitoza – *Coordenadora de Educação Física – AP*
Esther Hilário das Neves – *Coordenadora de Educação Física – SE*
Jailton Lucas de Miranda – *Coordenador de Educação Física do Estado da PB*
João Ferreira dos Santos – *Coordenador de Educação Física do Estado de – PE*
Joaquim Rodrigues Alves Neto Nunes – *Coordenador de Educação Física – TO*
José Gualberto da Silva Neto – *Coordenador de Educação Física – PI*
José Henrique de Azevedo – *Coordenador de Educação Física – MA*
Laerte Medeiros de Araújo – *Coordenador de Educação Física – SP*
Laudemiro Valmir da Cunha Trindade – *Coordenador de Educação Física – RS*
Marcos Alberto Moura – *Coordenador de Educação Física – SP*
Paulo Sérgio Soriano de Abreu – *Coordenador de Educação Física – AC*
Tereza Cristina de Araújo – *Coordenadora de Educação Física – DF*
Vanderlei S. B. Carneiro – *Coordenador de Educação Física – MT*

Equipe de revisão final

Eder José de Queiroz – *Coordenador de Educação Física – GO*
Elvio Marcos Boato – *Professor consultor*
José César Sagrilo – *Coordenador Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer*
Paulo Sérgio Soriano de Abreu – *Coordenador de Educação Física – AC*

Organização e sistematização

Elvio Marcos Boato – *Professor consultor*

Coordenação Geral

Ivanilde Maria Tíbola – *Coordenadora Executiva da Federação Nacional das APAEs*

Brasília, julho de 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs

Gestão agosto de 1999 a julho de 2001

Diretoria Executiva

Presidente	Flávio José Arns / PR
Vice-presidente	Seme Grabriel / SP
1ª Diretora-secretária	Maria de Fátima Liegio / GO
2ª Diretora-secretária	Maria Luíza Dadalto / ES
1º Diretor-financeiro	Alexandre Guedes Seixas Maia / DF
2º Diretor-financeiro	Zely Ornellas de Souza / DF
Diretor de Assuntos Internacionais	Elpidio Araujo Neris / DF
Procurador-geral	Elpidio Araujo Neris / DF
Autodefensores	Waldinéia Olímpia F. Ramos / DF Rodrigo Marinho Noronha / DF

Conselho Fiscal

TITULARES	SUPLENTES
José Justino Filgueiras A. Pereira / PR	Antônio Lazáro de Moura / RO
Luiz Alberto Silva / SC	Pe. Luiz Zver / MG
Expedito Alves de Melo / MA	João Porfírio de Lima Cordão / PI

Conselho de Administração

Paulo Roberto da Silva Abreu / AM	José Diniewicz / PR
José Américo Silva Fontes / BA	Tereza Lúcia Baptista Andrade / PE
Maria Lindezi Lima / CE	Maristela Lina de Andrade Ribeiro / PI
José Lemos Sobrinho / ES	José Cândido Maes Borba / RJ
Dea Valéria Gaynor da Fonseca / GO	José Aumério da Silva / RN
Isabel de Carvalho Magalhães / MA	Bernadete Maciel Seibt / RS
Doracy Gomes Nonato / MT	Madalena Penha de Moura / RO
Claise Kleemann / MS	Aldo Brito / SC
Eduardo Luís Barros Barbosa / MG	Lair Moura Sala Malavila / SP
Laura Rosseti / PA	James de Oliveira Lages / TO
Francisca Evelina Maroja Lima / PB	

